



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

FERNANDA DE BARROS AMARAL COCA

Educação Especial Inclusiva na Educação Básica do Município de Artur Nogueira,
SP – 2007 a 2014

CAMPINAS

2017

FERNANDA DE BARROS AMARAL COCA

Educação Especial Inclusiva na Educação Básica do Município de Artur Nogueira,
SP – 2007 a 2014

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Médicas da
Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos
exigidos para a obtenção do título de mestra em Saúde,
Interdisciplinaridade e Reabilitação, na área de concentração
Interdisciplinaridade e Reabilitação.

ORIENTADOR (A): Prof.^a Dra. Adriana Lia Frizman de Laplane

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA
ALUNA FERNANDA DE BARROS AMARAL COCA, E ORIENTADO PELA
PROF.^a DRA. ADRIANA LIA FRISZMAN DE LAPLANE.

CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Médicas
Rosana Evangelista Poderoso - CRB 6652

C64e Coca, Fernanda de Barros Amaral, 1978-
Educação especial inclusiva na educação básica do município de Artur
Nogueira, SP - 2007 a 2014 / Fernanda de Barros Amaral Coca. – Campinas,
SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Adriana Lia Frizman de Laplane.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Ciências Médicas.

1. Políticas públicas. 2. Educação especial. 3. Inclusão em educação. I.
Laplane, Adriana Lia Frizman de, 1955-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Inclusive special education in the basic education of the city of
Artur Nogueira, SP - 2007 to 2014

Palavras-chave em inglês:

Public policy

Special education

Inclusion (Mainstreaming in education)

Área de concentração: Interdisciplinaridade e Reabilitação

Titulação: Mestra em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação

Banca examinadora:

Adriana Lia Frizman de Laplane [Orientador]

Kátia Regina Moreno Caiado

Lúcia Helena Reily

Data de defesa: 23-11-2017

Programa de Pós-Graduação: Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação

BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE MESTRADO

FERNANDA DE BARROS AMARAL COCA

ORIENTADOR (A): PROF(A). DR(A). ADRIANA LIA FRISZMAN DE LAPLANE

MEMBROS:

1. PROF(A). DR(A). ADRIANA LIA FRISZMAN DE LAPLANE

2. PROF(A). DR(A). KÁTIA REGINA MORENO CAIADO

3. PROF(A). DR(A). LÚCIA HELENA REILY

Programa de Pós-Graduação em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

A ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros da banca examinadora encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.

Data: DATA DA DEFESA 23/11/2017

DEDICATÓRIA

À você, minha maior riqueza, que encheu minha vida com uma alegria sem tamanho, que me ensinou a amar de uma forma que eu jamais acreditei que fosse possível, que mudou todos os paradigmas da minha vida. À você, minha filha, minha pequena e doce Sofia, dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por permitir minha jornada até aqui.

Aos meus pais, Alaide e Arthur, que incondicionalmente acreditam nos meus sonhos, me apoiam sempre na busca deles e dedicam a mim um amor tão grande e lindo que me ajudam a superar qualquer obstáculo que apareça no caminho.

Ao meu esposo Glaucio, pelo amor e paciência dedicados a mim nos momentos de ausência e de estudos. Pelo incentivo e apoio desde o início deste trabalho.

Aos meus irmãos, Fabio e Arthurzinho, parceiros de todas as horas, conviver com vocês torna minha jornada mais leve, alegre e responsável, irmã mais velha é sempre exemplo.

Às minhas amigas Bárbara e Fernanda que torceram por mim desde o processo de seleção e contribuíram de diferentes maneiras na concretização deste trabalho. Ao professor e amigo Adriano Coelho, grande incentivador dos meus estudos e exemplo de vida. Às amigas Jenifer, Jacqueline e Daniele pelo companheirismo nas aulas e fora delas, com as quais pude compartilhar o desenvolvimento desse projeto.

Aos meus alunos que me inquietam e motivam pela busca de novos saberes, vocês são a razão da minha busca por novos conhecimentos.

À Elaine, companheira de trabalho, pelo apoio que deu para que eu conseguisse concluir todos os meus créditos, compreensão que sempre dedicou e pela confiança em mim.

À minha orientadora Prof.^a Dra. Adriana Lia Frizman de Laplane, pela forma amorosa e compreensível em que me acompanhou neste longo caminho. Pela competência teórica e partilha de saberes, pela valiosa contribuição no desenvolvimento e aprimoramento desta pesquisa.

Aos membros da banca examinadora, Prof.^a Dra. Kátia Regina Moreno Caiado e Lúcia Helena Reily, pelas importantes e enriquecedoras sugestões levantadas no Exame de Qualificação e por aceitarem a participação na Banca de Defesa desta Dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp

pela partilha de conhecimentos tão importantes para embasar as reflexões e discussões teóricas deste trabalho.

À Secretaria de Educação da Prefeitura de Artur Nogueira por oportunizar a realização desta pesquisa.

A todos aqueles que contribuíram para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O debate sobre políticas públicas inclusivas tem se intensificado nos últimos anos, o que faz com que este assunto seja amplamente discutido na área educacional. O tema envolve visões diferentes sobre as possíveis estratégias na condução de ações direcionadas à educação especial e à elaboração de políticas de inclusão escolar. Tendo em vista que nas últimas décadas houve um grande aumento do número de alunos com deficiência matriculados na educação básica, o trabalho proposto teve como objetivo analisar a política pública de educação especial implantada na educação básica do município de Artur Nogueira e suas consequências para o processo de escolarização de alunos com deficiência no que se refere a sua permanência na escola. O estudo teve embasamento nas análises dos dados do Censo Escolar referentes ao município supracitado, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre os anos de 2007 à 2014. Os resultados indicaram que há uma evolução positiva dos dados de matrículas de alunos com deficiência no ensino regular, porém ainda existe concentração das matrículas no setor privado, com forte tendência de crescimento do setor público. Espera-se que esta pesquisa contribua para a análise das políticas implantadas no município e de seus possíveis efeitos nos processos de escolarização de alunos público-alvo do presente estudo.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação Especial, Inclusão em Educação

ABSTRACT

Debating about inclusive public policies has intensified in recent years, making this subject widely discussed in the educational field. Distinct points of views are involved on the possible strategies in order to conduct actions directed to the special education and development of school inclusion policies. Considering that in the last decades there has been a large increase in the student number with disabilities enrolled in basic education, our aim was to analyze the public policy of special education implemented in the basic education from Artur Nogueira municipality and its consequences for the schooling of students with disabilities in relation to their stay in school. We analyzed the data about School Census referring to the municipality earlier mentioned, brought out by the National Institute of Studies and Educational Research Anísio Teixeira (INEP), between 2007 to 2014. Our findings show a positive evolution of enrollment of students with disabilities in regular education, but there is still a enrollments concentration in the private sector, with a strong trend of growth in the public sector. It is hoped that this research contributes to the policies implemented in the municipality and its possible effects on the schooling processes of target students from our study.

Keywords: Public Policies, Special Education, Inclusion in Education

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de alunos da educação básica com e sem deficiência - Brasil - 2007-2014*	34
Tabela 2 - Número de alunos da educação básica com e sem deficiência - São Paulo - 2007-2014*	35
Tabela 3 - Variação de matrículas de alunos com deficiência na educação básica, por modalidade de ensino: Brasil e estado de São Paulo*	36
Tabela 4 - Número de alunos da educação básica com e sem deficiência - Brasil - 2007-2014*	37
Tabela 5 - Variação de matrículas de alunos com deficiência na educação básica, por nível de ensino: Brasil e estado de São Paulo*	38
Tabela 6 - Total de alunos matriculados por nível de ensino no município de Artur Nogueira – 2015.....	43
Tabela 7 - Frequência de alunos com deficiência na educação básica, por sexo: município de Artur Nogueira.....	48
Tabela 8 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por dependência administrativa: município de Artur Nogueira	49
Tabela 9 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por modalidade de ensino: município de Artur Nogueira*	50
Tabela 10 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por nível de ensino: município de Artur Nogueira*	51
Tabela 11 - Pessoas com deficiência usuárias do BPC (Benefício de Prestação Continuada).....	53
Tabela 12 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por tipo de deficiência: município de Artur Nogueira*	54
Tabela 13 - Matrícula de alunos com deficiência mental na educação básica, por nível de ensino: município de Artur Nogueira.....	55
Tabela 14 - Matrícula de alunos com deficiências múltiplas na educação básica, por nível de ensino: município de Artur Nogueira.....	56
Tabela 15 - Matrícula de alunos com deficiência física na educação básica, por nível de ensino: município de Artur Nogueira	56
Tabela 16 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade: município de Artur Nogueira, em 2007	58

Tabela 17 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade: município de Artur Nogueira, em 2008	59
Tabela 18 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade: município de Artur Nogueira, em 2009	60
Tabela 19 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade: município de Artur Nogueira, em 2010	61
Tabela 20 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade: município de Artur Nogueira, em 2011	62
Tabela 21 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade: município de Artur Nogueira, em 2012	63
Tabela 22 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade: município de Artur Nogueira, em 2013	64
Tabela 23 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade: município de Artur Nogueira, em 2014	65
Tabela 24 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem idade/série: município de Artur Nogueira, de 2007 a 2014	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CRAEE – Centro de Referência em Atendimento Educacional Especial

EB – Educação Básica

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social

LDBN – Lei de Diretrizes e Bases Nacionais

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LOAS – Lei Orçamentária da Assistência Social

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PCD – Pessoa com deficiência

PIB – Produto Interno Bruto

PRODESP – Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo

RMC – Região Metropolitana de Campinas

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

TID – Transtorno Invasivo do Desenvolvimento

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. APORTE TEÓRICO.....	15
1.1. Histórico e Legislação.....	16
1.2. Políticas Públicas: Conceito e Implantação na Educação Especial	24
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO	30
2.1 Justificativa	30
2.2. Questão de Pesquisa.....	30
2.3. Objetivo Geral.....	31
2.4. Objetivos Específicos.....	31
2.5. Material e Método	31
3. RESULTADOS	33
3.1. Dados Oficiais: Matrículas de Alunos com Deficiência no Brasil e Estado de São Paulo	33
3. 2. A Educação Especial no Município de Artur Nogueira: Análise de Programas Municipais Implantados no período de 2007 à 2014	39
3.2.1. Caracterização do município	39
3.2.2 Educação.....	42
3.2.3 Educação Especial	43
3.2.4 Análise dos Dados do Censo Escolar do Município de Artur Nogueira .	48
4. DISCUSSÃO.....	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	71

INTRODUÇÃO

A educação brasileira atualmente enfrenta um grande desafio no que tange à educação inclusiva: tornar realidade os princípios que norteiam o processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas do ensino regular. Tais princípios estão expressos há mais de duas décadas em documentos internacionais e legislações nacionais, com o objetivo de garantir os direitos da pessoa com deficiência e transformar a escola num espaço democrático.

As políticas educacionais brasileiras buscam desde a década de noventa o oferecimento de serviços para atender a clientela da educação especial, na tentativa de garantir o acesso e a permanência desses alunos nas escolas. Com isso, a matrícula dos alunos com deficiência em classes comuns do ensino regular expandiu-se gradativamente. Entretanto, a qualidade do ensino oferecido a este público ainda demonstra fragilidades que dificultam os avanços na escolarização e a real democratização do espaço escolar.

A avaliação e análise das ações governamentais é de extrema importância para conhecer a eficiência e eficácia das políticas implantadas, assim como entender o poder de alcance destas políticas na vida escolar de alunos com deficiência.

O presente estudo iniciará as discussões através de um breve relato sobre a história da educação da pessoa com deficiência, o que permite compreender o processo de inclusão escolar dessa clientela e a atual situação de desigualdade nas condições de acesso e permanência no âmbito escolar.

Na sequência, há menção dos principais documentos internacionais e legislações nacionais em vigor no país, os quais são de extrema importância para o reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência, principalmente os que se referem à educação. Sabe-se que garantir direitos não é sinônimo de efetivação de políticas e ações em prol da população aqui mencionada, porém isso não diminui o valor de todo o aparato legal.

Posteriormente, o trabalho traz o conceito de políticas públicas, a educação como uma política pública social e a implantação delas na educação especial, além dos principais programas e ações do governo para subsidiar o avanço dos processos de escolarização da pessoa com deficiência.

Os indicadores sociais são abordados como importante pilar para o desenvolvimento e avaliação das políticas públicas implantadas. São aliados no planejamento de novas estratégias de intervenção; e, mais tarde, possibilitam o monitoramento de tais estratégias e ações implantadas.

A discussão teórica do presente trabalho pretende examinar as políticas públicas elaboradas para a educação especial e pessoas com deficiência, através da análise de indicadores estatístico-educacionais extraídos dos dados dos Censos Escolares, coletados anualmente em todos os municípios brasileiros pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Considerando a relevância dos dados para a educação, este trabalho tem como foco os índices do Brasil, do estado de São Paulo e do município de Artur Nogueira e pretende traçar um panorama das políticas implantadas no município e a sua capacidade de influenciar o acesso e a permanência dos alunos com deficiência nas escolas do referido município.

A justificativa da pesquisa reside na importância de se compreender os fatores que colaboram para o aluno com deficiência ter sucesso ou fracasso em seu processo de escolarização. O arcabouço legal existente no país, atualmente, não garante a qualidade no atendimento a esses alunos dentro das escolas, na rotina acadêmica e no atendimento especializado.

O objetivo de estudo do presente trabalho é analisar a política pública de educação especial implantada no município de Artur Nogueira, além de avaliar as condições de acesso e permanência dos alunos com deficiência na educação regular, selecionando como recorte de análise os anos de 2007 a 2014. A partir dos dados do Censo Escolar (INEP) buscou-se examinar as ações implementados no município.

1. APORTE TEÓRICO

A política educacional brasileira, em conformidade com as políticas internacionais, garante a educação de pessoas com deficiência por meio da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN – nº 9394) de 1996, das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001, e mais recentemente, por meio da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007 e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, e do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão de 2015. Este arcabouço legal, que se alterou no decorrer das décadas, foi conquistado através de muita luta, visa garantir a todo cidadão brasileiro, independentemente da cor, da raça, da condição socioeconômica, da deficiência ou ausência dela, o direito à educação gratuita e obrigatória para o ensino infantil, fundamental e médio.

Elucidado no art. 205 da Constituição Federal (1):

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Constituição em vigor no Brasil garante, ainda, que o ensino deverá ser ministrado com “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (1).

A educação exerce um papel fundamental na sociedade, sendo a escola o espaço que deve favorecer a todos os cidadãos o acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania. Sendo assim, é no dia-a-dia escolar que crianças e jovens têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem (2).

Para atender globalmente os alunos com deficiência é necessário mais do que garantir o acesso à rede regular de ensino, é preciso cuidar para que estes alunos permaneçam na escola e tenham sucesso acadêmico. Incluir o aluno com deficiência não deve significar simplesmente a matrícula no ensino regular, mas deve, também, fornecer ao professor e à escola o subsídio apropriado para que o processo de escolarização se efetive.

O próprio Ministério da Educação nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (3) reconhece que:

“A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades”.

O estudo da história da educação especial oferece elementos para compreender as questões ligadas à inclusão e ao tratamento da diversidade e das condições desiguais de acesso à educação.

1.1. Histórico e Legislação

No Brasil, as políticas educacionais para a pessoa com deficiência não podem ser analisadas sem o entendimento da história da educação brasileira em geral, bem como da sua forte ligação com o desenvolvimento histórico, social e econômico do país.

No século XIX no Brasil, poucas ações estatais foram implementadas com vistas à educação e à educação especial. Nessa época, a escolarização da maioria da população e também a da pessoa com deficiência, não eram motivo de preocupação e foram tratadas com descaso. Justificado pelo fato de a sociedade concentrar-se no campo, nossas cidades eram pouco populosas e a economia baseava-se no setor rural, com técnicas agrícolas bem rudimentares e manuais. Sendo assim, a mão de obra qualificada para o trabalho não era necessária. Aqueles que apresentavam algum tipo de diferença eram acolhidos em hospitais, asilos, junto com doentes ou outras pessoas e eram julgados como sem condições de convívio social (crianças abandonadas, órfãos, pobres). Eles eram tratados por médicos e outros profissionais ligados à saúde (4).

A época do Império foi marcada pela criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), hoje denominado Instituto Benjamin Constant (IBC) e Instituto dos Surdos Mudos (1857), que atualmente é conhecido como Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), para o atendimento de pessoas com deficiência visual e auditiva respectivamente, ambos situadas no Rio de Janeiro. Os autores Jannuzzi (4), Mazzotta (5), Kassar (6) e Mendes (7) apontam que essas instituições criadas no Brasil império atendiam uma parcela insignificante da população, visto à demanda do país.

A era Imperial no Brasil ficou marcada por uma educação ministrada para uma minoria poderosa, pois a economia era essencialmente agrícola e exportadora de monoculturas provenientes dos grandes latifúndios e não existia, propriamente, uma massa trabalhadora urbana que fosse interessante educar para efeitos de formar mão de obra. A população era composta em sua grande maioria por escravos sem nenhum acesso à educação (8).

Posteriormente, no início da era republicana, a educação da pessoa com deficiência continuava sob a responsabilidade de profissionais da área médica (4,8). A atenção sobre o que era considerado “anormal” pode ser identificada na literatura médica da época e na legislação educacional que restringia o acesso dessa população à escolarização ou à instrução. “Anormal” era um termo utilizado para contemplar diversas situações e justificar a dispensa das salas de aulas ou entrada em uma educação especializada. Há vários exemplos de generalização do termo e consequente inclusão de alunos como a clientela de uma educação segregada, como alunos em situação de indigência, doentes contagiosos, delinquentes, entre outros.

Nota-se que até este momento da história do país, os serviços de educação especial tiveram progressos pouco expressivos e baseavam-se em instituições que atendiam alunos com necessidades específicas (9).

Até a década de 1930, questões escolares como ler, escrever e calcular ainda não tinham sido colocadas como prioridades no país. A educação atendia a poucos, embora desde a primeira Constituição Brasileira (1824) existia a proposta de uma educação para todos. Esse fato decorre da concentração da riqueza material e cultural nas mãos de uma minoria privilegiada em detrimento da maioria da população.

Com o advento da industrialização, no decorrer do século XX, a organização social inicia um processo de mudança do campo para os centros urbanos e o papel da escola é redefinido. Agora, é necessária mão de obra qualificada e capaz de trabalhar nas fábricas e de contribuir com o incremento da economia. A educação passa a ser o caminho para essa qualificação. Para Jannuzzi (4), o enfoque da educação especial nesse período, centrava-se na habilitação à pessoa com deficiência que possibilitasse certa autonomia e participação na vida econômica da família.

A partir da década de 30, difundiram-se no país os ideais do movimento escola-novista, que teve entre seus adeptos Francisco Campos, de Minas Gerais e trouxe para o Brasil Helena Antipoff, com o objetivo de mudanças no ensino primário no estado. O movimento industrial das sociedades capitalistas influenciou o modo de organização das propostas educacionais, na tentativa de criação de classes homogêneas, como a organização do trabalho nas fábricas. Nesse período foi criada a Sociedade Pestalozzi em Belo Horizonte. Apesar da proposta de redução da desigualdade social e ênfase nas características individuais, essa instituição contribuiu para a segregação daqueles que não atendiam às exigências escolares e receberiam educação separada em classes ou escolas segregadas (6,7,9).

Assim, é nítido que a evolução da educação no Brasil está fortemente atrelada ao desenvolvimento econômico, à organização social e a interesses políticos em conflito.

Neste contexto, a educação da pessoa com deficiência não apresenta vínculo forte com o poder público; ela fica a cargo, principalmente, de instituições de cunho filantrópico e assistencial. Dado que a pessoa com deficiência não possuía em princípio, valor econômico e seu potencial nesse sentido era desprezado, a sua educação foi também, negligenciada.

Em 1961 foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (10) que reconhece o direito à educação das pessoas com deficiência. A matrícula dessas pessoas, na medida do possível, deveria enquadrar-se no ensino regular. Caso contrário, eram garantidos recursos financeiros para instituições especializadas assumirem tal educação.

Na LDB de 1961 (10), podem-se identificar aspectos que reforçam os ideais do liberalismo, como descrito em seu artigo 1º, a educação será “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (10).

O liberalismo, modelo filosófico e econômico, tem como base o trabalho produtivo como meio capaz de produção de riqueza, ao contrário do que anteriormente acreditava-se: que o comércio e a acumulação de metais preciosos eram fontes mais eficazes de enriquecimento. Neste modelo defende-se a livre concorrência, a maximização dos lucros e a competição no setor produtivo, como a melhor forma de desenvolvimento. O Estado tem papel reduzido no processo, acreditando-se que o mercado é capaz de regular-se sem intervenções (11).

No século XX, o mundo passou por duas grandes guerras, Alves (11) afirma que “impuseram aos Estados capitalistas a necessidade de tutela e amparo social, num modelo conhecido como Estado de Bem-Estar Social”. O sistema capitalista passou por uma crise devido às intervenções do Estado muito presentes neste período. Surge, assim, o neoliberalismo, modelo com fundamentos liberais, objetivando fortalecer o capitalismo através da minimização da participação do Estado nas políticas econômicas e sociais (11,12).

Sob essa ótica, a ação do Estado com a implantação de políticas sociais gera uma acomodação perigosa da sociedade, visto a garantia de plenos direitos. A desigualdade social e econômica é tida como propulsora da concorrência e fortalecedora da livre iniciativa do cidadão, bases para o sucesso do sistema capitalista (11).

Neste contexto, a educação teve papel estratégico para a manutenção dos interesses capitalistas em duas dimensões principais. Uma delas é a preparação da mão-de-obra para o mercado de trabalho, a fim de instrumentalizar o trabalhador para suprir a demanda. Isso não garante aquisição de conhecimento e formação do cidadão com requisitos para elaborar o pensamento de forma crítica. Outra dimensão é a transmissão de ideias que reafirmam a excelência da liberdade individual e da livre concorrência.

Quanto à escolarização da pessoa com deficiência, quando não for possível acontecer no ensino regular, deverá acontecer em associações privadas autônomas, o que colabora com a minimização da participação do Estado na responsabilidade por esta política social, reafirmando conceitos neoliberais vigentes.

No Brasil, os anos 70 representaram a “institucionalização da educação especial, com a preocupação do sistema educacional público em garantir o acesso à escola aos alunos com deficiência” (13). No I Plano Setorial de Educação e Cultura (1972-1974), a educação especial foi vista como prioridade e em 1973, através do decreto nº 72.425 (14), o Ministério da Educação cria o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial), que, a partir de então, gerencia a educação especial no país, priorizando o apoio técnico, a expansão quantitativa de atendimentos e a formação de profissionais em todos os níveis, inclusive com o envio de professores para cursos de especialização no exterior, impulsionando a pesquisa acadêmica e científica na área (13).

Apesar da evidente atenção do governo federal para com as questões da escolarização da pessoa com deficiência, a maioria dessas pessoas em idade escolar ainda continua em situação segregada de ensino, em classes especiais ou instituições especializadas (7,15).

A década de 80 foi marcada pelo processo de redemocratização do Brasil, após vinte anos de ditadura militar. Em meio a esse processo, em 1988, foi promulgada uma nova Constituição Federal, garantindo vários direitos sociais, principalmente na educação e saúde. Pela primeira vez, em termos legais, as pessoas com deficiência tem amparo para sua escolarização no ensino comum (16).

Esta lei configura a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida com a colaboração da sociedade. No que se refere diretamente à educação especial, cita a igualdade de oportunidades nas condições de acesso e permanência na escola, bem como o direito ao atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência na própria escola (1). No entanto, a constituição abre a possibilidade do recurso público ser destinado às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas (1).

Apesar da nova constituição, na década de noventa não houve mudanças significativas do cenário educacional brasileiro. As instituições privadas ainda representam um sistema paralelo de educação especial citados como possibilidade nas fontes documentais oficiais, além da continuidade da inserção de alunos com deficiência em classes especiais segregados dentro das escolas regulares(7).

Os anos de 1990 registram a presença marcante de organismos internacionais que influenciaram diretamente a política educacional no Brasil, com o objetivo de estabelecer um novo panorama para a educação global. Foram realizadas convenções e conferências com elaboração de documentos norteadores impulsionados por uma tendência mundial que pregava a oferta de educação para todos como forma de construção de uma sociedade justa e igualitária.

A primeira conferência internacional foi denominada Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien promovida em 1990, estabeleceu metas com o objetivo de universalizar o acesso de todos à educação e promover equidade. Como resultado do encontro, foi elaborada a Declaração Mundial sobre Educação, que apesar da preocupação com a educação da pessoa com deficiência, faz menção a impossibilidade do setor público em suprir todas as necessidades dessa escolarização e a necessidade de parcerias com instituições privadas (9).

O movimento em favor de uma escola para todos deu origem a um marco na história da educação especial, a Declaração de Salamanca (17), que foi elaborada na Espanha em 1994 e discutiu a premissa de um sistema educacional inclusivo, que visava garantir acesso e qualidade de educação para todos. Salienta, ainda, que os Estados-Partes atribuam prioridade política e financeira para a concretização de tal premissa. A Declaração de Salamanca (17) destaca que o “princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (17). Afirma que, em casos em que a escola não atende às necessidades específicas do aluno, este deve frequentar uma escola especial e menciona, entre as vantagens da inclusão, a economia de recursos financeiros.

No que diz respeito à legislação nacional ressaltam-se aqui dois documentos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (18) que reservou um capítulo para tratar da educação especial. Ela é definida como uma modalidade de ensino e menciona serviço de apoio especializado para atender as necessidades da clientela da educação especial. Afirma, também, que o atendimento será feito em classes, escolas ou serviços especializados caso a integração do aluno com deficiência não seja possível no ensino regular.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (3) propõem uma reestruturação dos sistemas de ensino, de modo que se cumpra o direito de todo cidadão à educação. Este documento afirma que “os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem o processo de construção da educação inclusiva” (3). São abordados também os instrumentos para sua implementação, tais como: a formação de recursos humanos qualificados para melhor atendimento deste público, o projeto pedagógico da escola com o compromisso de uma educação de qualidade para todos os seus alunos, o conhecimento das necessidades dos alunos com deficiência, a caracterização da população a ser atendida pela educação especial e a descrição dos serviços e modos de atendimento.

Em 2007, o Ministério da Educação publica a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, visando constituir políticas públicas que promovam educação de qualidade para todos os alunos.

Garante aos alunos com deficiência a transversalidade da educação especial, ou seja, atendimento especializado em todas as modalidades de ensino, formação de professores para o atendimento especializado, acessibilidade física e articulação entre setores.

Encontramos, também, o documento recentemente elaborado pela ONU em 2007 e aprovado pelo Brasil como Decreto nº 6949 em 2009 (19), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas. O referido documento reconhece que as pessoas com deficiência são “aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (19).

Em 6 de julho de 2015, o Brasil aprova o estatuto da pessoa com deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 (20), que complementa a definição de deficiência em seu artigo 2º, afirmando que “a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará os impedimentos nas funções e estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e restrições de participação” (20).

No artigo em que trata da educação, a Convenção cita como um dos objetivos “o pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana” (19). A Lei brasileira de Inclusão ressalta, ainda, a educação como meio de “alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades” (19), respeitando características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Cabe salientar a política de educação especial desenvolvida e implantada pelo Estado de São Paulo, visto que este estudo tem como foco um município do interior paulista. Em 2007, a estado publica a Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 68 (21) que se refere ao atendimento educacional especial para alunos com necessidades especiais. Afirma que este atendimento deve ocorrer, preferencialmente, nas classes comuns do ensino regular, nas escolas que fazem parte do sistema de ensino do Estado de São Paulo, organizadas para o atendimento de alunos com necessidades especiais, propiciando uma educação de qualidade para todos e concentrando esforços em melhorar as práticas de ensino.

Conforme a Deliberação nº 68 (21), as escolas devem promover distribuição ponderada dos alunos com necessidades educacionais especiais, flexibilizações curriculares, formar professores capacitados para atendimento ao aluno público-alvo da educação especial, serviço de apoio pedagógico especializado entre outros.

Sobre os casos de deficiência severa, na impossibilidade de frequentarem classes regulares, a deliberação nº 68 (21) coloca o atendimento em classe especial com professor especializado na própria escola ou em instituição especializada.

Em 2014 a Resolução SE nº 61 (22) preconiza, entre outros, a definição dos alunos atendidos pela educação especial da rede estadual e se diferencia do norma anterior, pois não considera, neste momento, alunos com outras dificuldades ou limitações acentuadas que limitem o processo de aprendizagem e o acompanhamento das atividades curriculares como público-alvo da educação especial. Reafirma a condição dos casos com deficiência severa e a possibilidade de frequentarem classes especiais ou instituições especializadas, em caráter de excepcionalidade.

Em 2016, a Resolução nº 59 (23) dispõe sobre o processo de credenciamento de organização da sociedade civil sem fins lucrativos para a promoção de atendimento aos alunos com deficiência que necessitam de apoio permanente ou pervasivo. No início de 2017, através da Resolução SE nº 26 (24), passa ao dirigente regional de ensino a competência para celebrar os convênios para atendimento de alunos com deficiência grave, que “não possam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular” (24).

Ao se observar a grande extensão de documentos e leis elaborados após a década de 90, nota-se a preocupação das instituições de ensino e da sociedade em geral, em reconhecer o direito das pessoas com deficiência. No entanto, esse avanço ainda encontra limites, pois há condições de desigualdade de acesso, permanência e progressão no sistema educacional.

Apesar de a educação inclusiva estar, de modo crescente, sendo reconhecida “como forma prioritária de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais”, na prática este modelo ainda não se concretizou como uma proposta educacional “amplamente difundida e compartilhada”. A realidade que se apresenta é a grande maioria das redes de ensino sem condições estruturais

necessárias para viabilizar o trabalho com educação especial como preconizam as políticas nacionais e estaduais do nosso país (25).

Uma discussão diferenciada sobre inclusão consiste na reflexão sobre a diversidade dentro do ambiente escolar, conforme afirma Laplane (26) “a prescrição que postula a aceitação da diversidade sem apresentar argumentos razoáveis e sem abordar os problemas que ela inevitavelmente acarreta, soa autoritária, vazia e alienada do contexto social em que a educação se insere”.

É importante refletir sobre os aspectos conceituais existentes a respeito da inclusão da pessoa com deficiência, de forma a buscar respostas que possibilitem a implementação de políticas públicas mais condizentes com a realidade do país (26).

Devido ao caráter relevante do conceito de políticas públicas para este estudo, a seguir serão abordadas as características e formas de implementação das políticas de educação especial no país.

1.2. Políticas Públicas: Conceito e Implantação na Educação Especial

O conceito de políticas públicas admite várias definições, conforme as diferentes perspectivas teóricas existentes. Uma linha de pensamento entende políticas públicas como conjunto de ações do governo ou a soma de atividades do Estado, voltadas para uma camada específica da sociedade na busca de soluções de conflitos. Pereira (27) sintetiza a definição de políticas públicas como quadro de ações elaboradas pelo Estado com a finalidade de tentar mudar cenários em que a população civil esteja em situações de vulnerabilidade. Entre os cientistas sociais e políticos, o conceito mais conhecido é de Laswell (28), afirmando que diagnósticos e determinações sobre políticas públicas devem responder a questões como quem ganha o que, o que justifica, qual diferença sua implantação proporcionará. As duas primeiras vertentes descrevem o papel das políticas públicas enfatizando a solução de problemas sociais, já Laswell (28) enfoca, principalmente, o papel do governo.

Höfling (29) afirma que “o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesse, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo” (p. 38). Para que políticas públicas ou programas elaborados sejam implantados de modo eficiente e eficaz, é necessário que o seu formulador leve em consideração os fatores culturais construídos e internalizados pela sociedade, permitindo, assim, que

a política seja delineada de acordo com as características do grupo que se pretende atingir. Caso contrário, são grandes as possibilidades de fracasso.

A educação é tida como uma das políticas públicas sociais, ou seja, que “se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (29).

Com o avanço do processo de industrialização, o acesso à escola continua deficitário, apesar do entendimento de que, neste momento, a educação deveria ser mais abrangente para suprir a demanda de mão de obra especializada para atender o novo cenário que desponta na economia nacional. O mesmo acontece com a educação especial, cuja implantação esteve pautada, ao menos em parte, pelo ideal desenvolvimentista imperante no momento (30).

É neste contexto que as políticas sociais são impulsionadas, visando minimizar as desigualdades sociais geradas pela relação conflituosa entre capital e trabalho.

A política educacional que tem como objetivo a garantia do direito à educação da pessoa com deficiência vem sendo implementada no Brasil desde o final da década de oitenta. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988(1), há maior ênfase nos direitos sociais e o início do processo de descentralização e municipalização para a execução das políticas sociais, inclusive educação, que é agora considerada como um direito subjetivo, que é próprio do indivíduo, permitindo materializar uma norma jurídica em direito pessoal (8).

Ainda na década de 90, o Brasil foi marcado por conflito na efetivação das políticas públicas sociais, conforme descreve Kassir (8).

“O quadro político e econômico constituído no Brasil, a partir do final dos anos 1990, passa a estabelecer uma tensão: de um lado o estabelecimento constitucional de políticas sociais universais (da educação, saúde), que teriam como pressuposto a ação direta do Estado; de outro um contexto de regulação e restrição econômica, sob um discurso de solidariedade e de necessidade de retração do setor público (com a participação do terceiro setor)”.

A perspectiva inclusiva na educação “[...] envolve mudanças e modificações no conteúdo, abordagens, estrutura e estratégias, visando abranger todas as crianças na faixa etária adequada e com a convicção que é responsabilidade do sistema regular de ensino educar todas as crianças” (31).

Uma política educacional que tenha como foco a inclusão de alunos com deficiência deve garantir o acesso ao ensino regular (entende-se como acesso a matrícula e a permanência do aluno) e também a oferta de atendimento educacional especializado para dar suporte necessário e subsidiar através de materiais e apoio de adaptações a participação efetiva da pessoa com deficiência no ensino comum.

Em análise sobre a implantação de abordagens inclusivas, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), define três justificativas para os Estados adotarem políticas de inclusão: a primeira, de caráter educacional, em que a escola deve desenvolver formas de ensino que contemplem às diferenças individuais e beneficiem todas as crianças. A segunda, social, pois escolas inclusivas podem modificar atitudes em relação à diversidade, formando uma sociedade mais justa e não discriminatória. Finalmente, a terceira econômica, sendo menos oneroso estabelecer e manter escolas que eduquem todas as crianças juntas (32).

Nos últimos anos, a política de educação inclusiva relativa à educação especial tem como objetivo “efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos [...]” (33). Está baseada em dois pilares: distribuição de renda e ampliação do número de matrículas. O que marca esta política é a alteração do vínculo da educação especial, que anteriormente tinha uma secretaria própria e depois foi vinculada à SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) responsável pela aplicação da maior parte dos programas educacionais relacionados à distribuição de renda (8).

A extensa variedade de leis e documentos expedidos revela a grande dificuldade da sociedade e instituições educacionais em reconhecer o direito das pessoas com deficiência. Por exemplo, em 2004, o Ministério Público Federal através da Secretaria dos Ofícios de Tutela Coletiva envia ofício ao Conselho Nacional de Educação solicitando que sejam cumpridas as disposições do decreto 3.956/2001 (34) em que legitima a eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência. Questiona, ainda, quais são as medidas adotadas para adequações das normas brasileiras de educação, em especial, a LDBN de 1996 (17). Fato que indica que a política de inclusão não era de fato cumprida nas escolas.

Posteriormente, em publicações feitas pelo MEC, na tentativa de efetivar a política de inclusão, há disposição sobre formação de professores com atenção à

diversidade; o reconhecimento de LIBRAS como língua oficial; orientações sobre como construir um sistema educacional inclusivo; promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Em 2008, o MEC publica o Decreto n.º 6571 (35) que dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE), com a finalidade de ampliar a oferta do serviço para promover condições de acesso e aprendizagem aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimentos e altas habilidades ou superdotação. Deve, ainda, garantir ações integradas entre os ensinos regular e especial, preparar materiais e recursos que eliminem barreiras no processo de aprendizagem e facilitem o acesso aos níveis subsequentes de ensino. O MEC garante ajuda financeira para implantação das salas de recursos multifuncionais, formação da equipe escolar, eliminação de barreiras arquitetônicas, produção de recursos adaptados para a necessidade de cada aluno (36).

Para implementação do Decreto n.º 6571/2008 (35), a Resolução n.º 04 de 2009 (37) instituiu Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Descreve que o AEE deve ser oferecido nas salas de recursos multifuncionais, no contraturno da escolarização, na própria escola ou outra da rede pública de ensino, não é substitutivo ao ensino regular e pode, ainda, ser oferecido em centros educacionais ou instituições filantrópicas sem fins lucrativos, comunitárias ou confessionais. Nela é afirmada, também, a importância da institucionalização do AEE no projeto pedagógico da escola e são descritas as atribuições do professor que atuará nesse serviço.

Em ações e publicações posteriores, a política de educação especial do MEC vai se delineando com a constituição de um conjunto de programas e ações: “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade” (2003) que busca a formação de gestores e educadores; “Salas de Recursos Multifuncionais” (2007) para apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE; “BPC na Escola” (2007) que visa o monitoramento do acesso e da permanência na escola dos beneficiários do programa, através de ações conjuntas entre educação, assistência social, direitos humanos e saúde; “Formação Continuada de Professores em Educação Especial” (2010); “Escola Acessível” (2011) que tem como objetivo assegurar a eliminação de barreiras arquitetônicas e promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e

“Transporte Escolar Acessível” (2011) que visa à disponibilização de transporte adaptado para locomoção de alunos com deficiência para escola e AEE. Os estados e municípios brasileiros podem aderir aos programas do MEC e com isso receber apoio material e financeiro para apoiar a inclusão.

Há um grande obstáculo a ser vencido em relação aos programas e ações do governo federal, que é a avaliação sobre o alcance de todas essas propostas nos municípios brasileiros, sua efetividade e poder de mudança da realidade da escolarização dos alunos com deficiência. Os indicadores quantitativos, por si só, não dão respostas conclusivas, mas permitem uma análise sobre os aspectos qualitativos do processo que se pretende estudar.

Na formulação de uma política pública, dois pontos são essenciais. O primeiro é conhecer qual aspecto da realidade será tratado e o segundo são as formas de monitoramento da política pública, tanto no que se refere a seu desenvolvimento quanto à efetividade de sua implantação. Apesar das lacunas e falhas a corrigir, os indicadores tornaram-se aliados do processo de planejamento municipal na elaboração de novas estratégias de intervenção.

Quando se utilizam indicadores para mensurar os fenômenos sociais, eles são chamados de indicadores sociais. Esses incluem os indicadores educacionais. Para a educação, a análise de um indicador pode significar a avaliação de fatores importantes sobre o desenvolvimento dos sistemas educativos, do desempenho de escolas e de alunos (38).

Um indicador social é “um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma” (39). Esse recurso permite o monitoramento das ações dos governos e subsidia as novas políticas sociais, bem como sua reformulação (39).

A análise longitudinal apresenta um formato apropriado para o monitoramento de uma política pública aplicada em uma população específica. Além disso, é necessário considerar que os indicadores sociais apenas não refletem uma realidade social, eles devem estar contextualizados para compreensão dos processos sociais, com teoria que articule relações causais entre os diferentes indicadores e as dimensões sociais a que se referem (39).

O presente trabalho pretende desenvolver um estudo longitudinal acerca da situação de escolarização de alunos com deficiência matriculados na educação

básica do município de Artur Nogueira entre os anos de 2007 a 2014. Com o objetivo de analisar a política pública de educação especial implantada no referido município, o estudo propõe também o exame das condições de acesso e permanência desse alunado na educação regular do referido município.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

2.1 Justificativa

O estudo fundamenta-se pela necessidade de avançar na compreensão dos elementos que colaboram para o sucesso/fracasso das políticas inclusivas no país. Para além da legislação que constitui o marco legal que rege as políticas e do histórico da educação especial nos diferentes municípios, estados e regiões, é preciso considerar a realidade da dinâmica escolar, do trabalho em sala de aula e das relações entre esses fatores e os serviços de apoio dimensionados para atender a população com deficiência no âmbito educacional.

A realização deste trabalho justifica-se pela importância de analisar os programas de educação especial implantados no município de Artur Nogueira englobando a educação básica, conhecer as condições de ingresso e permanência dos alunos com deficiência na rede pública de ensino do referido município e buscar apontar caminhos para subsidiar o debate e as ações no município, tendo em vista as especificidades e necessidades da população nogueirense. Entende-se que o estudo de um município pode, além do mais, apontar elementos úteis para a compreensão da dinâmica da inclusão de um modo geral e do papel dos diferentes segmentos (escola, família e recursos de apoio) na escolarização bem sucedida das crianças com deficiências.

2.2. Questão de Pesquisa

Pautando-se nestas reflexões, assinala-se a seguinte questão para nortear o desenvolvimento deste trabalho: a presença de programas específicos de educação especial e a implantação de uma política pública inclusiva influenciam a matrícula e a permanência do aluno com deficiência na rede pública municipal mencionada?

A motivação para o estudo aqui proposto deve-se ao fato do acompanhamento de todo o processo de implantação de uma proposta diferenciada de educação especial no município de Artur Nogueira, em que atuei como professora da rede pública mencionada e pude participar do projeto desde o início de sua elaboração, bem como o decorrer dos encaminhamentos dos alunos e de suas famílias.

2.3. Objetivo Geral

O propósito deste trabalho é analisar a política pública de educação especial implantada na educação básica do município de Artur Nogueira e suas consequências para o processo de inclusão de alunos com deficiência.

2.4. Objetivos Específicos

Considerando-se a questão que direciona esta pesquisa e, a partir do objetivo geral a que este trabalho se propõe, os objetivos específicos são: 1) Analisar as políticas específicas de educação especial implantadas no município de Artur Nogueira e 2) Investigar as condições de ingresso e permanência dos alunos com deficiência na rede municipal pública de Artur Nogueira.

2.5. Material e Método

Destarte, para tudo o que foi proposto nesta pesquisa pudesse de fato efetivar-se, recorreu-se à utilização da metodologia de pesquisa quantitativa, devido ao seu caráter analítico e a que “abrange um conjunto de procedimentos, técnicas e algoritmos destinados a *auxiliar* o pesquisador a extrair de seus dados *subsídios* para responder à(s) pergunta(s) que o mesmo estabeleceu como objetivo(s) de trabalho” (40).

Vale ressaltar que os termos grifados pelos autores, remetem à característica intrínseca às análises quantitativas, cujos dados servem como subsídio aos pesquisadores, e, aliados ao contexto teórico, fornecem indícios sobre o tema tratado.

O emprego da pesquisa quantitativa neste trabalho deve-se à possibilidade de colaboração da análise de dados à avaliação, formulação e reformulação de políticas na área da educação, em específico a educação especial, como afirma Gatti (41), quando diz que os dados quantitativos aplicados aos estudos sobre educação contribuem “para a produção/enfrentamento de políticas educacionais, para planejamento, administração/gestão da educação, podendo ainda orientar ações pedagógicas de cunho mais geral ou específico”.

Lakatos e Marconi (42) afirmam que “o papel do método estatístico é, antes de tudo, fornecer uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado”. O método permite avaliar relações entre fenômenos existentes

na sociedade, através da obtenção de dados simplificados a partir de conjuntos complexos.

Para trabalhos que envolvem estudos quantitativos é imprescindível ressaltar a importância de se avaliar além daquilo que os dados mostram, com vistas a integrá-los com fundamentos teóricos e conhecimentos prévios em torno das questões abordadas, possibilitando a construção da explicação ao fenômeno estudado, bem como a significação e a relevância dos dados para a pesquisa em desenvolvimento (41,43,44). Nesse sentido, é necessário ressaltar que a interpretação e análise lançam mão de uma perspectiva que permite integrar dados e informações de natureza quantitativa e qualitativa em um quadro interpretativo único.

Esta pesquisa é de característica descritiva com a preocupação de observar, registrar, analisar e interpretar dados sem fazer nenhuma interferência neles. A pesquisa descritiva tem como objetivo “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis” (43).

Primeiramente, o presente estudo analisará os microdados provenientes do Censo Escolar (INEP) dos anos de 2007 (45), 2008 (46), 2009 (47), 2010 (48), 2011 (49), 2012 (50), 2013 (51) e 2014 (52), para identificar as condições de acesso e permanência dos alunos com deficiência na rede regular de ensino do município de Artur Nogueira. Para obtenção dos dados foi utilizado o software SPSS.

O período que compreende os anos de 2007 até 2014 foi selecionado para fins desta pesquisa devido ao início do processo de implantação das políticas públicas de educação especial no município, em especial, o início das atividades do CRAEE (Centro de Referência em Atendimento Educacional Especial).

Visto que Artur Nogueira é um município de pequeno porte e sua população escolar é de aproximadamente 10.500 alunos, esta pesquisa trabalhou com o total de alunos com deficiência identificados pelo Censo Escolar e não com uma amostra dos mesmos.

As principais variáveis utilizadas para caracterizar a escolarização dos alunos público-alvo deste estudo foram frequência, sexo, idade, modalidade de ensino, níveis de ensino, tipo de deficiência e dependência administrativa.

3. RESULTADOS

3.1. Dados Oficiais: Matrículas de Alunos com Deficiência no Brasil e Estado de São Paulo

Os dados oficiais do Censo da Educação Básica, coletados e divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), são balizadores para a análise das políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Porém, não basta observar apenas os que se referem ao acesso (matrícula) de alunos com deficiência no ensino regular para afirmar que essas políticas são bem-sucedidas.

O acesso deve ser compreendido de maneira mais ampla e como parte integrante de um processo que sustente a permanência dos alunos com deficiência e sua efetiva escolarização. Deve, ainda, significar a ruptura com duas ações marcantes na história atual da educação especial no Brasil que são: o não acesso a nenhum tipo de escolarização, a grande centralização do ensino em sistema segregado, principalmente em instituições privadas de caráter filantrópico. Ou seja, é necessário verificar a tendência de crescimento do atendimento educacional na rede regular pública e a mudança do ensino segregado para os sistemas regulares (53).

Para aprofundar essa análise, será caracterizada a situação da escolarização de alunos com deficiência no Brasil e no estado de São Paulo, através dos microdados do Censo da Educação Básica do INEP, referentes ao Brasil e ao estado de São Paulo, no período de 2007 até 2014 (45–52).

Inicialmente, foram organizados os dados de matrículas de alunos com deficiência, verificando sua incidência em relação à totalidade de matrículas de alunos na educação básica nos períodos e regiões acima mencionados. Posteriormente, selecionou-se o número de matrículas na educação especial considerando o tipo de ensino (classe especial, escola inclusiva e classe comum). Será explicitada, ainda, a relação entre matrículas na educação especial por rede de ensino (pública ou privada) e por etapa de ensino (educação infantil, fundamental, médio, EJA e profissional).

A primeira e a segunda tabela apresentam o número de alunos da educação básica, entre os anos de 2007 e 2014, com e sem deficiência, no Brasil e estado de São Paulo respectivamente. O recorte longitudinal desta análise é

correspondente à escolha do período com base na implantação das políticas públicas de educação especial do município foco de estudo dessa pesquisa.

De acordo com a tabela 1, constata-se que o número de alunos matriculados na educação básica apresenta um crescimento pouco significativo, com pequena redução apenas no ano de 2010. O cotejamento de dados entre os anos de 2014 e 2007 mostra uma variação mínima crescente de 5,31% no número total de alunos.

Pode-se entender essa redução aliada à queda da taxa de fecundidade que em 2000 era de 2,4 filhos por mulher e em 2010 passa para 1,9 filhos por mulher. As estimativas realizadas pelo IBGE apontam uma redução de 10 milhões de crianças na população brasileira, o que significaria uma queda média de 500 mil crianças anual, representando um significativo impacto na estrutura etária da população (54).

Em relação aos alunos com deficiência matriculados na educação básica, no mesmo período, a tendência é ascendente, pois há aumento crescente e significativo no número de matrículas em todos os anos observados. A comparação entre os anos de 2014 e 2007 demonstra um crescimento de 94,83% nessas matrículas. Apesar da tendência de crescimento ser significativa, a média de matrículas de alunos com deficiência sobre o total de matrículas da educação básica tem uma baixa incidência, apenas 2,30% dos alunos da educação básica apresentam algum tipo de deficiência em 2014.

Tabela 1 - Número de alunos da educação básica com e sem deficiência - Brasil - 2007-2014*

Ano	Total de alunos da educação básica	Total de alunos com deficiência
2007	53.239.385	663.004
2008	54.284.144	741.494
2009	54.434.636	799.086
2010	54.131.255	928.827
2011	54.436.318	1.047.582
2012	54.757.106	1.141.218
2013	55.424.331	1.214.607
2014	56.064.675	1.291.712

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

*Dados extraídos da variável dependência administrativa, que não apresenta missing (dado que falta).

A tabela 2 apresenta os dados equivalentes à análise acima, com referência ao estado de São Paulo. A evolução dos dados para esse estado apresenta-se de forma muito semelhante ao Brasil. Observa-se um crescimento pouco significativo no número total de alunos matriculados na educação básica, exceto para os anos de 2009 e 2010, que apresentaram pequena queda. A análise comparativa entre 2014 e 2007, aponta a variação crescente de apenas 4,81% do total de alunos matriculados.

Sobre os alunos com deficiência matriculados na educação básica, para o mesmo período, também há crescimento, assim como nos dados do Brasil, com redução apenas no ano de 2011. O cotejamento entre os anos de 2014 e 2007 mostra que a evolução desse período foi de 44,88%, significativamente menor do que ocorreu no Brasil. Acredita-se que essa diferença deve-se ao menor impacto das políticas públicas de educação especial para as regiões em que existem mais serviços e recursos. Como exemplo, a variação de matrículas de alunos com deficiência para as regiões sudeste e sul é, em média, de 70%, já para norte e nordeste, 165%.

A média das matrículas de alunos com deficiência em relação ao total de aluno matriculados na educação básica é de 1,89%, muito próximo ao que acontece nos dados do país.

Tabela 2 - Número de alunos da educação básica com e sem deficiência - São Paulo - 2007-2014*

Ano	Total de alunos da educação básica	Total de alunos com deficiência
2007	10.651.119	156.443
2008	10.853.273	177.910
2009	10.812.005	218.259
2010	10.729.290	211.375
2011	10.797.800	210.263
2012	10.852.826	220.270
2013	11.078.813	222.990
2014	11.163.125	226.652

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

*Dados extraídos da variável dependência administrativa, que não apresenta missing (dado que falta).

A análise a seguir trata dos dados de matrículas na educação especial por modalidade de ensino (ensino regular, ensino especial e EJA), num comparativo entre Brasil e estado de São Paulo, nos anos de 2007 até 2014.

Tabela 3 - Variação de matrículas de alunos com deficiência na educação básica, por modalidade de ensino: Brasil e estado de São Paulo*

Modalidade	Brasil			Estado/SP		
	2007	2014	Var%	2007	2014	Var%
Ensino Regular	280.484	647.427	130,82	33.899	74.227	118,97
Ensino Especial	354.202	188.047	-46,91	44.424	37.354	-15,91
EJA	28.318	51.341	81,30	3.483	5.577	60,12
Total	663.004	886.815	33,76	81.806	117.158	43,21

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

*Dados extraídos da variável modalidade de ensino. Sabe-se que, os resultados dos dados segundo a variável modalidade de ensino, apresentam um número significativo de missing (dado que falta), por isso, esse total de matrículas é inferior ao total que corresponde à variável dependência administrativa.

A tabela 3 mostra que, no Brasil e no estado de São Paulo, o número de matrículas aumenta no ensino regular e EJA e reduz no ensino especial. A variação observada entre 2014 e 2007, para o ensino regular é de 130,82% para o Brasil e 118,97% para o estado de São Paulo. Na EJA, apesar do total percentual ser significativo, 81,30% e 43,21%, para Brasil e estado de São Paulo, respectivamente, os números absolutos são pouco expressivos. Para o ensino especial, há uma tendência decrescente mais expressiva para Brasil (46,91%) e menos para São Paulo (15,91%), provavelmente devido às políticas de inclusão e educação especial implantadas já mencionadas anteriormente neste estudo.

Os dados apresentados acima remetem a novo questionamento: a variação vista, para o período de 2007 à 2014, no ensino regular (crescimento de 366.943) mostra-se imensamente maior que a redução do ensino especial (redução de 166.155), onde estavam cerca de 221.000 alunos com deficiência?

Faz-se relevante observar as variações entre as redes pública e privada, obtidas através da análise da variável dependência administrativa, considerando como ensino público a somatória de federal, estadual e municipal.

Tabela 4 - Número de alunos da educação básica com e sem deficiência - Brasil - 2007-2014*

Ano	Brasil		Estado/SP	
	Público	Privado	Público	Privado
2007	417.791	245.213	109.279	47.164
2008	500.700	240.794	129.118	48.792
2009	582.082	217.004	168.502	49.757
2010	716.560	212.267	161.864	49.511
2011	840.149	207.433	161.104	49.159
2012	924.359	216.859	170.764	49.506
2013	983.349	231.258	173.104	49.886
2014	1.074.657	217.055	177.529	49.123

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

*Dados extraídos da variável dependência administrativa, que não apresenta missing (dado que falta).

É interessante notar que a distribuição de matrículas entre o ensino público e o privado mostra que há uma maior concentração de alunos com deficiência na esfera pública, com variação crescente para o período estudado, nos dados nacionais e estaduais. Em 2007, aproximadamente 63% (Brasil) e 70% (estado de São Paulo) dos alunos com deficiência estavam matriculados no ensino público. Em 2014, observa-se um aumento para 83% (Brasil) e 80% (São Paulo). Apesar da tendência de pouco crescimento ou redução das matrículas no ensino privado (-11,48% para Brasil e 4,15% para estado de São Paulo) e crescimento no ensino público (157,16% para Brasil e 62,45% para estado de São Paulo), é relevante citar que mais de 210.000 alunos, de acordo com os dados nacionais, ainda encontram-se em situações educacionais segregadas (53).

Tabela 5 - Variação de matrículas de alunos com deficiência na educação básica, por nível de ensino: Brasil e estado de São Paulo*

Nível	Brasil			Estado/SP		
	2007	2014	Var%	2007	2014	Var%
Educação Infantil	89.399	61.374	-31,35	14.406	12.422	-13,77
Ensino Fundamental	471.636	652.473	38,34	126.402	131.829	4,29
Ensino Médio	16.269	57.754	254,99	4.822	17.002	252,59
EJA	77.759	111.963	43,99	10.674	12.786	19,79
Educação Profissional	7.941	3.251	-59,06	139	866	523,02
Total	663.004	886.815	33,76	156.443	174.905	11,80

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

*Dados extraídos da variável modalidade de ensino. Sabe-se que, os resultados dos dados segundo a variável modalidade de ensino, apresentam um número significativo de missing (dado que falta), por isso, esse total de matrículas é inferior ao total que corresponde à variável dependência administrativa.

No que se refere à distribuição dos alunos com deficiência nos diferentes níveis de escolarização, fica evidente, ao analisar a tabela 5, que a concentração dessas matrículas está no ensino fundamental, com taxa superior a 70% para Brasil e 75% para São Paulo em relação ao total de alunos com deficiência matriculados na educação básica, decorrente da maioria das políticas públicas voltadas para educação especial se concentrarem em ações que garantam acesso ao nível de ensino obrigatório.

Na educação infantil, considerando para a discussão como a somatória de creche e pré-escola, observa-se uma redução aproximada do número de alunos matriculados de 31% para Brasil e 14% para o estado de São Paulo. Entende-se essa variação negativa entre 2007 e 2014, devido à falta de políticas que fomentem a escolarização de alunos com deficiência nesse nível de ensino (55,56).

No ensino médio, há uma variação expressiva e crescente para o período estudado (255% para Brasil e 253% para estado de São Paulo), porém quanto aos números absolutos, pode-se afirmar que são pouco significativos em relação ao total de alunos matriculados, representando cerca de 2% e 3% do total de matrículas para 2007 e 7% e 10% em 2014, Brasil e estado de São Paulo, respectivamente.

Em relação à educação de jovens e adultos, nota-se uma variação de crescimento mais acentuada para os dados nacionais que para o estado. Em média, as matrículas na EJA são de 12% para o Brasil e 7% para o estado de São Paulo,

em relação ao número total de matrículas. Sabe-se que esse nível de ensino representa a reinserção à educação, seja pela falta de oportunidade de acesso na idade correta ou pelo fracasso em níveis anteriores (fundamental e médio) (57).

Os dados referentes ao ensino profissional mostraram uma variação inconsistente, mas os números absolutos revelam a baixíssima expressividade que apresentam em relação ao total de matrículas de alunos com deficiência.

A comparação entre os dados do ensino fundamental e dos níveis subsequentes (ensino médio, EJA e educação profissional), permite analisar a progressão dos alunos na escola. Fica evidente que os alunos público-alvo da educação especial estão concentrados no ensino fundamental e uma parcela pouco significativa avança para níveis posteriores de ensino (55).

Ao examinar os dados sobre a escolarização das pessoas com deficiência, o panorama geral encontrado mostra avanços, como o crescimento no número de alunos com deficiência matriculados na educação básica, mais especificamente no ensino fundamental, porém o grupo dos alunos com deficiência é muito pequeno ainda, quando comparado ao total geral de alunos. Há, ainda, uma tendência de aumento de matrículas na esfera pública e uma queda na esfera privada, além da variação crescente destes alunos no ensino regular e EJA e diminuição no ensino especial.

Na sequência serão apresentados os dados do estudo do município de Artur Nogueira, no que se refere às políticas de inclusão e suas consequências na escolarização de alunos com deficiência.

3. 2. A Educação Especial no Município de Artur Nogueira: Análise de Programas Municipais Implantados no período de 2007 à 2014

3.2.1. Caracterização do município

A região em que atualmente localiza-se o município de Artur Nogueira foi povoado após a chegada da estrada de ferro Funilense. Por volta de 1906, famílias desembarcaram na estação e se instalaram em seus arredores. O povoado ficou conhecido inicialmente como Lagoa Seca e em meados de 1916 foi declarado como Distrito da Paz subordinado à comarca de Mogi Mirim.

Teve, assim, o primeiro documento oficial de existência e 32 anos mais tarde, em 1948, aconteceu a emancipação da cidade conhecida como Berço da

Amizade, proporcionada pelos esforços dos pioneiros Raul Grosso, Elysio Quinteiro, Rodolpho Rossetti, Humberto Rossetti, José Amaro Rodrigues Filho, Reynaldo Germano Stein, Severino Tagliari, Atilio Arrivabene, Jacob Stein, Santiago Calvo e Roberto do Amaral Green.

O município de Artur Nogueira está localizado na região metropolitana de Campinas, possui uma área territorial total de 178,03 km² e faz divisa com os municípios de Limeira, Engenheiro Coelho, Holambra, Cosmópolis e Mogi Mirim.

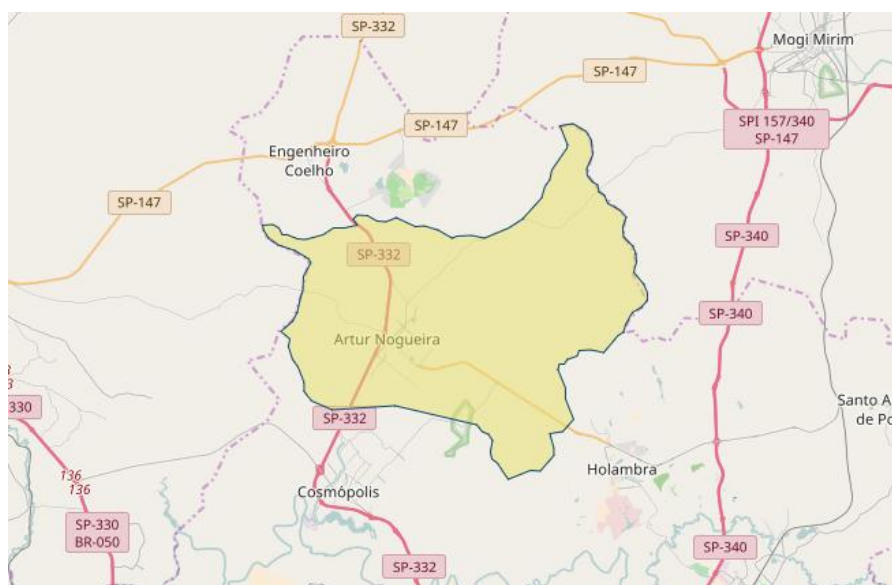


Figura 1 – Mapa do município de Artur Nogueira

Fonte: IBGE Cidades (58).

A população residente, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (58), é 44.177 habitantes em 2010 e estimada em 2016 em 51.126 pessoas. Sua densidade demográfica é de 248,15 habitantes por quilômetro quadrado.

No que se refere à economia, no ano de 2015, foram registrados 11.558 empregos formais no município. Destas vagas, 19,42% foram ocupadas por pessoas com ensino fundamental completo, 45,31% destinadas a trabalhadores com ensino médio e 20,23% a pessoas com ensino superior. Os serviços participaram com 44,65% do total de empregos formais, seguidos da indústria com 26,18%. O comércio contribuiu com 20,57%, a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com 6,24% e a construção, com 2,36%. O rendimento médio do total de empregos formais foi equivalente a R\$ 2.168,59 (59).

O gráfico 01 ilustra a evolução dos empregos formais para o município entre 2006 e 2015, em que é possível observar pequenas alterações no período ilustrado.

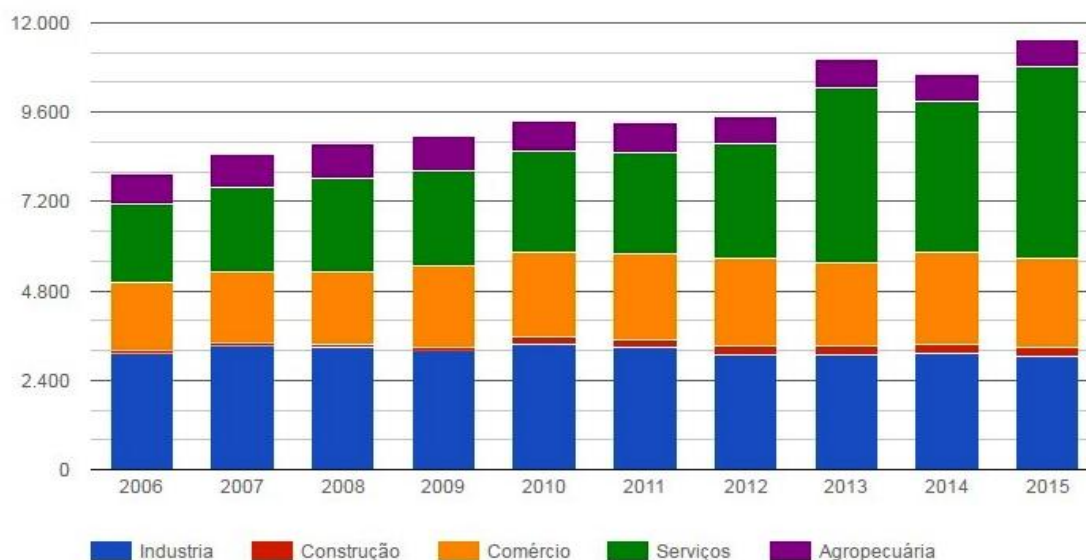


Gráfico 1 - Empregos Formais – Artur Nogueira/SP – 2006 à 2015

Fonte: Agência Metropolitana de Campinas –AGEMCAMP (59).

Em 2013, o PIB (Produto Interno Bruto) do município foi de aproximadamente 798.000,00 reais, tem sua participação no PIB regional entre as cinco menores da Região Metropolitana de Campinas (RMC), o que corresponde a uma renda anual per capita de 17.026,00 reais, índice significativamente inferior quando comparado ao estado de São Paulo e região na qual está inserida, sendo 42% e 36% menor respectivamente. Sendo assim, entre os 18 municípios da RMC, Artur Nogueira não apresenta situação econômica privilegiada. Além disso, os rendimentos médios dos empregos formais são inferiores aos do estado e RMC (60).

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) avalia a situação de cada município sobre riqueza, longevidade e escolaridade e classifica em cinco grupos de acordo com o desempenho combinado entre os três fatores citados. De acordo com esta classificação, o município estudado encontra-se no grupo três, com baixa riqueza e bons indicadores de longevidade e escolaridade.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é composto pela análise da situação de riqueza, educação e saúde dos municípios. Em 2010, Artur Nogueira ficou em 562º lugar com índice de 0,749, o que classifica esse município na faixa

alta. A dimensão que mais contribuiu na composição do índice foi saúde, seguida de renda e educação (61).

Entre os anos de 1991 e 2010, o índice do município teve grandes avanços, evoluiu de 0,519 para 0,749, o que representa uma elevação de aproximadamente 44%, seguindo a tendência de crescimento do estado de São Paulo (61).

A taxa de natalidade registrada em 2014 pela Fundação SEADE (60) é de 12,67 por mil habitantes, um pouco inferior à da cidade de Campinas (14,31 para o mesmo período). Já a taxa de mortalidade infantil é de 6,59 por mil nascidos vivos, também inferior a de Campinas (8,03). Isso indica um crescimento populacional natural de 6 pessoas para cada mil habitantes.

3.2.2 Educação

O município de Artur Nogueira possui 11.078 alunos matriculados em sua rede de ensino (2014), considerando as dependências pública e privada, distribuídos em quatro etapas de ensino: Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA) (62).

Em junho de 2015, a rede municipal de ensino contava com 286 docentes, sendo 200 do Ensino Fundamental e 86 da Educação Infantil. Há ainda contratação em caráter temporário para substituir os afastamentos e licenças. Dentre os professores do ensino fundamental, 196 tem formação em nível superior e 4 não possuem. Na educação infantil, 82 são formados no ensino superior e 4 não tem essa formação. A grande maioria dos docentes efetivos tem curso de pós-graduação lato sensu (62).

O município possui plano de carreira e remuneração do magistério, elaborado com base na Resolução n.º 03 de 1997 e consolidado pela lei complementar n.º 394 de 2004. Adequa-se, também, à recente Resolução CNE/CEB nº 02/2009, que dispõe sobre diretrizes para elaboração dos planos de carreira do magistério, obedecendo as disposições quanto ao piso salarial profissional e a jornada dos integrantes da carreira do magistério. No referido plano consta o acesso à carreira através de concurso público de provas e títulos, evolução funcional, horas de trabalho pedagógico inclusas na jornada de docentes, dentre outros preceitos.

De acordo com os dados divulgados pelo Plano Municipal de Educação em junho de 2015 (62), o município conta com 35 estabelecimentos de ensino,

sendo 27 públicos (21 municipais e 6 estaduais) e 8 privados (7 particulares e 1 filantrópica). Os alunos estão distribuídos nos diferentes níveis, conforme a tabela 6, e a maioria das matrículas concentradas no ensino fundamental, 30,27% nos anos iniciais e 26,04% nos anos finais. Logo após, aparecem as matrículas na educação infantil, 22,74% do total (creche e pré-escola).

Tabela 6 - Total de alunos matriculados por nível de ensino no município de Artur Nogueira – 2015

Nível		Total
Educação Infantil	Creche	1.114
	Pré-escola	1.405
Ensino Fundamental	1º - 5º ano	3.353
	6º - 9º ano	2.885
Ensino Médio	1º - 3º	1.840
EJA	EF/EM	306
Educação Especial	APAE	175
TOTAL		11.078

Fonte: Plano Municipal de Educação de Artur Nogueira (62).

De acordo com dados do IBGE no Censo Demográfico de 2010 (63), apenas 54,05% da população nogueirense com idade entre 18 e 24 anos tinham o ensino médio completo. Além disso, no município, a população com mais de 10 anos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto significava 42,09% do total, estatística alarmante, o que motivou a pesquisa de outros municípios vizinhos, como Engenheiro Coelho com índice de 44,09%, Cosmópolis 39,61%, Jaguariúna 35,83% e Campinas com índice de 32,82%, numa situação um pouco mais favorável que as demais cidades¹.

3.2.3 Educação Especial

A educação especial em Artur Nogueira teve seu marco inicial com a inauguração da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) em 28 de outubro de 1986. Foi idealizada por duas profissionais que atuavam no município como fisioterapeuta e terapeuta ocupacional e por outras 20 pessoas que compuseram a primeira diretoria. Em 1993, a instituição ganhou sede própria em

¹ Coleta do IBGE

área doada pela prefeitura e prédio construído com doações da sociedade, bem como eventos realizados para angariar fundos (64).

Nesta época, a educação especial nogueirense foi marcada pela iniciativa das instituições de cunho privado. A participação do governo municipal deu-se através da concessão de professores especializados, contratados em caráter temporário durante o ano letivo. Não havia nenhuma iniciativa própria, nem a preocupação em elaborar políticas de responsabilidade da educação municipal, pensadas na escolarização do aluno com deficiência.

Consta no Plano Municipal do município, que a entidade atende atualmente 175 alunos com deficiência intelectual, múltipla e transtorno global associado à deficiência intelectual. A escola da APAE atende estimulação precoce, educação infantil, ensino fundamental e profissionalizante. Há, ainda, atendimento no programa ambulatorial para alunos matriculados na rede regular de ensino no contra turno da escola (62).

Sob a responsabilidade do governo municipal, havia no referido município, apenas uma sala de atendimento aos alunos com deficiência auditiva que funcionava como classe especial, com início das atividades em fevereiro de 1992, montada com equipamentos doados pelo governo do estado de São Paulo. Além dos alunos de Artur Nogueira, esta classe atendia jovens das cidades vizinhas de menor porte, Holambra e Engenheiro Coelho.

Durante os onze anos de funcionamento da classe especial, aproximadamente 18 alunos frequentaram as aulas, destes 9 tiveram participação ativa e frequência regular ao longo desses anos e os demais em períodos mais sazonais, marcados por desistências dos estudos. Havia uma grande diversidade de idade entre os alunos, variando de 4 até 23 anos.

Após esse período, há uma reformulação no tipo de atendimento para os alunos surdos. A partir de 2004, eles são inseridos nas salas regulares da educação básica e os atendimentos em educação especial acontecem em sala de recursos do município própria para o acompanhamento desses alunos, com professor especializado em educação especial e no contra turno da escola. Porém, como vários alunos já estavam com idade não compatível com a faixa etária do ensino fundamental, muitos não aderiram à nova proposta, ficando fora da escola.

De acordo com o plano municipal de educação, com o intuito de ampliar os atendimentos para outras deficiências, em 2007 foi implantado no município, um

projeto vinculado à Secretaria de Educação, um centro de referência denominado CRAEE – Centro de Referência em Atendimento Educacional Especial – composto por profissionais das áreas de saúde (psicologia, terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia), educação (professores especializados em deficiência auditiva/surdez, deficiência intelectual, deficiência visual, psicopedagogia e educação física) e assistência social (assistente social), atuando em rede com os demais serviços e secretarias do município, para atendimento aos educandos com necessidades especiais. O Centro atua no diagnóstico, intervenção e apoio à equipe escolar. A verba utilizada para manter as atividades do centro é reservada de dotação orçamentária do setor da educação (62).

O objetivo da implantação desses serviços foi a formalização dos atendimentos para alunos com necessidades educacionais especiais, visto que anteriormente apenas alunos com deficiência auditiva tinham acompanhamento em educação especial. Houve, então, a proposta de expandir os serviços para outras deficiências, além de oferecer um suporte mais efetivo pela diversidade de profissionais compondo a equipe de trabalho.

Em ata de reunião realizada em 2007, para decisões sobre protocolos do CRAEE, consta a informação de que a decisão tomada pelo prefeito que propôs a criação do centro de atendimento em educação especial, Marcelo Capelini, em alocar no setor de educação profissionais da saúde e assistência social, exclusivamente para o atendimento aos alunos em acompanhamento pelo setor, deu-se devido ao fato da grande demanda apresentada pela saúde, com filas de espera de um ano para atendimento de fonoterapia e fisioterapia com previsão de 10 sessões com posterior alta do paciente, por exemplo, o que inviabilizava o segmento ágil e a longo prazo para alunos com comprometimento nas áreas em questão. Áreas essas que influenciam no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Portanto, a dificuldade em contemplar tais atendimentos via SUS, levou a administração da época a optar em alocar os referidos profissionais na educação.

Conforme indica o decreto municipal nº 105 de 17 de dezembro de 2015(65), em seu artigo 4º, os alunos público alvo da educação especial de Artur Nogueira são aqueles que constam na Resolução nº 4 de outubro de 2009 (alunos com deficiência física, intelectual ou sensorial; alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação), com acréscimo de

alunos com dificuldade de aprendizagem acentuada, distúrbios de aprendizagem ou com transtornos mentais e comportamentais que causem impacto na aprendizagem.

Para análise desta pesquisa foram levados em consideração apenas os alunos com deficiência cadastrados no sistema PRODESP, que registra os dados do censo escolar. Apesar do município adotar a política de atender alunos que não apresentem deficiência constatada, ou seja, aqueles com dificuldade de aprendizagem acentuada, distúrbios de aprendizagem ou com transtornos mentais e comportamentais que causem impacto na aprendizagem, não há cadastramento dos alunos no referido sistema sem laudo médico com comprovação e classificação da deficiência.

O decreto nº 105 (65) supracitado, que regulamenta a educação especial em Artur Nogueira, afirma que o CRAEE realiza a gestão dos atendimentos educacionais especializados aos alunos que se enquadram na descrição feita anteriormente, além de ações de planejamento e valorização aos alunos nas áreas em que apresentarem melhores prognósticos, com planejamento individual voltado à possibilidade de desenvolvimento de cada aluno, subsídio na elaboração de hipótese diagnóstica, orientação familiar, acompanhamento escolar, atualização e instrução a professores e agentes envolvidos na escolarização dos alunos atendidos pelo centro, promoção de cursos na área da educação especial, desenvolvimento de programas de prevenção de deficiências e detecção precoce (65).

Além da implantação do CRAEE, o município adotou outras propostas de trabalho, ações e novos projetos como a rede de apoio escolar, criada em 2012, através da efetivação de professores especializados em educação especial para atuarem nas unidades de educação infantil (creche e pré-escola) e ensino fundamental.

Inicialmente, o objetivo central da rede de apoio nas escolas foi aproximar o trabalho realizado pelo CRAEE ao das unidades escolares municipais, através do acompanhamento do processo de escolarização do aluno atendido no centro de referência. Este acompanhamento envolvia orientação ao professor e equipe escolar, adaptação de materiais e recursos pedagógicos, auxílio na detecção precoce de deficiência e elaboração de hipótese diagnóstica, além da articulação entre a unidade escolar e o centro de atendimento.

Posteriormente, houve uma mudança de foco no trabalho desenvolvido por estes profissionais. O decreto nº 105/2015 (65), atualmente em vigência, aponta

como atribuições do professor de educação especial nas unidades escolares “elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, em conjunto com os envolvidos no atendimento do aluno”, reservado horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) para cumprimento de tal meta. Mediante a grande demanda de casos para atendimento em educação especial, as professoras especialistas que trabalham nas escolas regulares iniciam o processo de atendimento desses alunos (62).

Outro projeto implantado no município foi o pólo de atendimento de alunos com deficiência auditiva em uma de suas unidades de ensino fundamental, a partir de 2012. Esta unidade escolar acolhe todos os alunos surdos matriculados no ensino fundamental I e oferece os profissionais intérpretes de Libras que trabalham em colaboração com o professor da sala de aula. A inserção do referido projeto teve como objetivo principal a aquisição da Língua Brasileira de Sinais pelos alunos surdos, bem como a troca de experiências entre os próprios alunos. Houve oferta de transporte aos alunos que estão distantes de suas residências.

A partir de 2011, iniciou-se a prática terapêutica de equoterapia e hidroterapia oferecida aos alunos atendidos na educação especial. Ambos os serviços são privados e tem convênio estabelecido com o município. Apesar de vários estudos a respeito da prática da equoterapia, sua eficácia ainda não é garantida com comprovação científica, mesmo assim, o município contratou este serviço. Há, também, um questionamento a ser feito sobre a hidroterapia, será que é um serviço essencial? Ou a verba poderia ser investida em algo que beneficiasse um número maior de alunos?

Por fim, a Prefeitura através da Secretaria de Educação firmou convênio com uma universidade local de caráter privado para oferecer a aproximadamente 120 professores, gestores e profissionais da educação municipal um curso de pós-graduação em educação especial com o objetivo de capacitar seus profissionais. Para tanto, também seria possível incentivar que seus professores participassem de formação à distância oferecida pelo ministério da educação, com temas em educação especial e sem custo para o município.

3.2.4 Análise dos Dados do Censo Escolar do Município de Artur Nogueira

A seguir, inicia-se a análise dos dados do Censo Escolar referentes à escolarização dos alunos com deficiência do município de Artur Nogueira, considerando o período de 2007 à 2014.

Tabela 7 - Frequência de alunos com deficiência na educação básica, por sexo: município de Artur Nogueira

Sexo	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Feminino	41	49	60	62	73	82	93	103
Masculino	81	83	83	82	85	90	110	134
Total	122	132	143	144	158	172	203	237

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

Na tabela 7, observa-se a frequência de matrícula de alunos com deficiência na educação básica, segundo sexo. Os dados totais mostram uma tendência crescente do número de matrículas de 94,26% na variação entre 2014 e 2007. Esta variação acompanha o crescimento visto nos dados referentes ao Brasil (94,83%), ficando acima da região Sudeste (61,01%) e estado de São Paulo (44,88%).

Ao analisar a média das matrículas de alunos com deficiência em relação ao total de aluno matriculados na educação básica o índice cresce de 1,19% em 2007 para 2,05% em 2014, acompanhando o crescimento observado em dados do Brasil e do estado de São Paulo. Porém, esta estatística mostra-se pouco significativa se considerar o total de alunos, 122 alunos com deficiência num total de 10.247 em 2007 e 237 num total de 11.586 em 2014.

Em relação à distribuição dos alunos com deficiência por sexo, verifica-se um crescimento das matrículas de alunos do sexo feminino de 33,61% em 2007 para 43,46% em 2014; e, uma queda do sexo masculino de 66,39% em 2007 para 56,54% em 2014. Em comparação aos dados de Brasil e estado de São Paulo, que acompanham uma tendência de estagnação de 2007 até 2014, com dados próximos à 60% para sexo masculino e 40% para sexo feminino em todos os anos estudados, os índices de Artur Nogueira demonstram uma relação diferente no período estudado.

Posteriormente, a tabela 8 mostrará a matrícula de alunos com deficiência na educação básica, segundo a dependência administrativa, pública ou privada. Considerando a esfera pública como a somatória de federal, estadual e municipal.

Tabela 8 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por dependência administrativa:
município de Artur Nogueira

Dependência	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Pública	46	36	46	47	51	58	77	116
Privada	76	96	97	97	107	114	126	121
Total	122	132	143	144	158	172	203	237

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

A partir da tabela 8, constata-se que há maior concentração de alunos com deficiência matriculados na dependência administrativa privada em todos os anos estudados. A variação dos dados é crescente para a esfera pública em 152,17% e 59,21% para a privada, apesar do índice crescente para ambas as esferas, a pública aumentou mais significativamente. Houve um aumento do número de matrículas entre 2007 e 2014 de 45 alunos no setor privado e 70 alunos no público, onde estavam os alunos com deficiência que agora aparecem no censo escolar do ensino regular, visto que há crescimento de matrículas em todos os âmbitos? Será que estavam fora da escola ou receberam diagnóstico no decorrer da escolarização? Cabe aqui ressaltar que existe a possibilidade desses alunos serem cadastrados como alunos com deficiência intelectual de maneira equivocada e sem diretrizes claras para tal diagnóstico, fato comumente ocorrido em diversas redes de ensino no país (16).

Em 2014, observam-se números muito próximos, estando 48,95% dos alunos matriculados no setor público e 51,05% no privado.

O índice municipal referente ao crescimento da esfera pública é compatível com os dados nacionais, em que se observa uma variação positiva de 157,16%. Quanto à esfera privada, os índices municipais são discrepantes comparados aos nacionais, onde a variação da esfera privada é negativa em 11,48%. Em relação ao estado de São Paulo, verifica-se diferença no crescimento do setor privado, os dados estaduais crescem menos que os municipais (4,15%) e o aumento do setor público acontece de forma menos ascendente que no município (62,45%). Além disso, tanto nos dados nacionais quanto nos estaduais, a maior concentração de matrícula de alunos com deficiência é na dependência pública, situação oposta à do município de Artur Nogueira.

Tabela 9 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por modalidade de ensino:
município de Artur Nogueira*

Modalidade	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ensino Regular	34	33	45	47	52	61	87	89
Educação Especial/Mod Subst	85	96	94	96	104	109	116	108
Educação de Jovens e Adultos	3	3	4	1	2	1	0	0
Total	122	132	143	144	158	171	203	197

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

*Dados extraídos da variável modalidade de ensino. Sabe-se que, os resultados dos dados segundo a variável modalidade de ensino, apresentam um número significativo de *missing* (dado que falta), por isso, esse total de matrículas é inferior ao total que corresponde à variável dependência administrativa.

A tabela 9 apresenta os dados referentes à distribuição dos alunos público-alvo desta pesquisa nas diferentes modalidades de ensino (regular, especial/substitutiva e EJA). Observa-se que o município estudado, tem concentração das matrículas de alunos com deficiência na educação especial em modalidade substitutiva, ou seja, ensino de caráter exclusivo em educação especial, como instituição especializada ou classes especiais. Porém, no município não há a oferta do ensino do tipo classes especiais. Nesta variável não se incluem dados de atendimento complementar ou atendimento educacional especializado. O cotejamento dos dados de 2014 e 2007, mostra que há crescimento no ensino regular com maior ênfase do que na educação especial com caráter exclusivo, sendo 161,76% e 27,06% respectivamente. Os índices da educação de jovens e adultos são pouco expressivos, zerando o número de alunos em 2013 e 2014.

Em 2014, observa-se o único registro de queda do número de alunos no ensino especial. Vale ressaltar ainda, que o aumento mais significativo de matrículas no ensino regular foi em 2013.

Apesar do maior crescimento das matrículas de alunos com deficiência na rede regular, a maioria desses alunos ainda está alocada no ensino especial.

Cabe, aqui, o mesmo questionamento feito anteriormente: se cresceram as matrículas de alunos com deficiência no ensino regular de 34 para 89 alunos e no ensino especial de 85 para 108 alunos, onde estavam cerca de 80 alunos anteriormente?

Outro dado relevante para o entendimento da situação de escolarização do aluno com deficiência é a distribuição das matrículas por nível de ensino, que se

divide em educação infantil, ensino fundamental (séries/anos iniciais e finais), ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional.

Nos dados de nível de ensino, há distribuição dos alunos matriculados na modalidade educação especial/substitutiva (tabela anterior) entre os diferentes níveis. Por exemplo, um aluno que na variável modalidade de ensino estava alocado em educação especial/modalidade substitutiva, pode se situar em EJA nos dados seguintes, juntamente com os alunos que são do ensino regular/EJA. Estes dados estão explícitos na tabela a seguir.

Tabela 10 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por nível de ensino: município de Artur Nogueira*

Nível	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Educação Infantil	2	13	13	10	21	19	21	13
Ensino Fundamental	112	33	68	69	134	65	97	93
<i>Ens.Fund. – Iniciais</i>	87	20	48	48	118	43	61	62
<i>Ens.Fund. - Finais</i>	25	13	20	21	16	22	36	31
Ensino Médio	5	6	3	6	1	4	2	7
EJA	3	80	59	59	2	83	83	84
Educação Profissional	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	122	132	143	144	158	171	203	197

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

*Dados extraídos da variável modalidade de ensino. Sabe-se que, os resultados dos dados segundo a variável modalidade de ensino, apresentam um número significativo de *missing* (dado que falta), por isso, esse total de matrículas é inferior ao total que corresponde à variável dependência administrativa.

Os dados do município de Artur Nogueira referentes aos níveis de ensino demonstram incoerência na evolução das matrículas dos alunos estudados em dois aspectos que descreveremos a seguir.

O primeiro deles é a alternância entre os níveis de ensino, por exemplo, em 2007, há 112 alunos no ensino fundamental e apenas 3 na EJA. Em 2008, observa-se uma inversão, onde 80 alunos aparecem matriculados na EJA e 33 no ensino fundamental. A diferença positiva no total de alunos é de apenas 10, o que não justifica 77 alunos a mais na EJA. Como diminuição de matrículas no ensino fundamental é de 79, o mais provável é que o município tenha reclassificado os alunos de um nível para outro. No ano seguinte, as matrículas no ensino fundamental aumentam de 33 para 68 e na EJA diminuem de 80 para 59. Em 2010,

há uma estabilização do número de matrículas. Em 2011, acontece o contrário de 2007, há uma aparente migração de alunos da EJA para o ensino fundamental. Já em 2012, observa-se queda das matrículas no ensino fundamental e aumento na EJA. Nos dois anos subsequentes, os dados sofrem pouca alteração.

Ao analisar os dados da tabela 9, ficou evidente que os alunos com deficiência matriculados na EJA (do ensino público e não da instituição) são pouco expressivos, chegando a zero em 2013 e 2014. Infere-se, então, que nos dados por nível de ensino, apresentados na tabela 10, a alternância de matrículas entre EJA e ensino fundamental deve ser provocado por alterações nos dados da APAE, única instituição que oferece educação na modalidade substitutiva. Em contato com o responsável pelos registros de dados de matrícula na referida instituição, o mesmo justificou a alternância das matrículas entre EJA e ensino fundamental para atender as exigências do estado de São Paulo para concessão de verbas que subsidiam o atendimento dos alunos.

O segundo aspecto relevante que marca os dados do município estudado com certa incoerência, quando comparado aos dados nacionais e estaduais, é o cotejamento de dados entre os anos de 2007 e 2014. Enquanto os dados nacionais e estaduais apontam uma queda das matrículas de alunos com deficiência na educação infantil de 31,35% e 13,77% respectivamente, Artur Nogueira apresenta uma elevação de 550% das matrículas nesse nível de ensino, apesar do índice ser elevado, os números absolutos são pouco expressivos, aumentando de 2 em 2007 para 13 alunos em 2014. O inverso acontece no ensino fundamental, onde nos dados de Brasil e estado de São Paulo, as matrículas crescem e as do município caem. Na educação de jovens e adultos, há aumento dos índices em todas as esferas, porém a municipal acontece com maior ênfase, devido à evolução inconstante citada acima.

A tabela a seguir apresenta os dados referentes às pessoas com deficiência que são beneficiárias do programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garante um salário mínimo à pessoa com deficiência cuja renda familiar do grupo familiar seja inferior à $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente por pessoa.

Tabela 11 - Pessoas com deficiência usuárias do BPC (Benefício de Prestação Continuada)

Ano	PCD atendidas no BPC	PCD matriculadas na EB	% total
2007	154	122	21%
2008	158	132	16%
2009	163	143	12%
2010	186	144	23%
2011	215	158	27%
2012	229	172	25%
2013	249	203	18%
2014	266	237	11%

Fonte: BRASIL, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (66).

Ao analisar a tabela 11, é possível verificar que o total de pessoas beneficiárias do programa BPC é menor que o número de alunos matriculados na educação básica em todos os anos considerados. O índice usuários do BPC é de 21% em relação ao total de matrículas em 2007, com discreta queda para os dois anos subsequentes (2008 e 2009). Em 2010 e 2011, há uma elevação na taxa para 23 e 27% respectivamente. De 2012 até 2014, verifica-se uma tendência de queda, chegando a 11% no último ano.

A partir desses dados, levantam-se duas questões: a primeira é que podem existir usuários do BPC que estão fora da escola e a segunda que há possibilidade de ter pessoas cadastradas no programa e que não estão em idade escolar.

Considerando a importância da análise das matrículas por tipo de deficiência, para melhor compreensão do cenário educacional estudado, apresentam-se a seguir os dados de matrícula de alunos com deficiência na educação básica, organizados segundo a deficiência. Ressaltando que, conforme explicação anterior, considerou-se nesta análise os alunos com deficiência devidamente cadastrados no censo escolar, não incluindo os casos de dificuldades de aprendizagem ou outros distúrbios e transtornos.

Tabela 12 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por tipo de deficiência:
município de Artur Nogueira*

Tipo Def.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cegueira	0	0	1	0	0	1	2	5
Baixa Visão	0	0	1	4	4	5	10	14
Surdez	3	0	4	8	11	11	11	14
Def. Auditiva	4	5	5	4	6	7	9	13
Surdocegueira	0	0	0	0	0	0	0	0
Def. Física	1	1	5	23	36	39	46	49
Def. Mental	84	90	90	123	132	141	163	176
Transtornos	3	4	-	-	-	-	-	-
Síndrome Down	0	1	-	-	-	-	-	-
Def. Múltiplas	27	31	31	23	34	35	44	41
Autismo	-	-	6	5	4	4	4	6
Asperger	-	-	0	0	0	0	1	1
Rett	-	-	0	0	0	0	0	0
TID	-	-	0	0	0	0	3	4
Superdotação	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	122	132	143	190	227	243	293	323

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

*Dados extraídos da variável modalidade de ensino. Sabe-se que, os resultados dos dados segundo a variável modalidade de ensino, apresentam um número significativo de missing (dado que falta), por isso, esse total de matrículas é inferior ao total que corresponde à variável dependência administrativa.

A organização dos dados feita pelo INEP sofre uma alteração em 2009, no que se refere ao tipo de deficiência. A classificação Síndrome de Down soma-se à deficiência mental e ao invés da generalização como transtornos, passa-se a considerar autismo, Asperger, Rett e TID.

De acordo com os dados acima expostos, observa-se maior número de matrículas de alunos com deficiência mental seguido de deficiências múltiplas, deficiência física, surdez, deficiência auditiva, autismo e baixa visão, considerando a média dos anos trabalhados na pesquisa.

Dentre as deficiências mais relevantes, mencionadas na tabela 11, observa-se maior variação entre 2014 e 2007 para deficiência física (4800%), deficiência mental (109,52%) e deficiências múltiplas (51,85%). Outras deficiências, como cegueira, baixa visão, surdez e deficiência auditiva tiveram grandes variações, porém seus números absolutos são menos significativos.

Ao analisar a deficiência que aparece como mais expressiva entre os alunos com deficiência matriculados na educação básica do município, verifica-se que alunos com deficiência intelectual representam 68,85% do total de matrículas em 2007, índice que decresce em 2014 para 54,49% do total. Os mesmos dados nacionais e estaduais demonstram um crescimento de 45% para 65% aproximadamente, situação oposta ao que se nota nos dados municipais.

Em relação às deficiências múltiplas, observa-se também uma queda do total de matrículas, de 22,13% em 2007 para 12,69% em 2014. As matrículas de alunos com deficiência física sobre o total das matrículas de alunos com deficiência cresceram de 0,82% em 2007 para 15,17% em 2014.

O levantamento estatístico realizado na sequência, sintetizado nas tabelas 13, 14 e 15, apresenta o número absoluto de matrículas de alunos com as deficiências mais significativas (mental, múltipla e física respectivamente) citadas anteriormente, por nível de ensino e traça um comparativo entre os anos de 2007 e 2014.

Tabela 13 - Matrícula de alunos com deficiência mental na educação básica, por nível de ensino:
município de Artur Nogueira

Deficiência Mental	2007		2014	
Nível de Ensino	Ed Inf	0	Ed Inf	8
	Ens Fund 1	62	Ens Fund 1	45
	Ens Fund 2	17	Ens Fund 2	14
	Ens Médio	2	Ens Médio	1
	EJA	3	EJA	82
Total	84		150	

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

*Dados extraídos da variável modalidade de ensino. Sabe-se que, os resultados dos dados segundo a variável modalidade de ensino, apresentam um número significativo de missing (dado que falta), por isso, esse total de matrículas é inferior ao total que corresponde à variável dependência administrativa.

No ano de 2007, verifica-se uma concentração de alunos no ensino fundamental 1 (séries/anos iniciais) com 62 matrículas e ensino fundamental 2 (séries/anos finais) com 17 matrículas. Em 2014, há um número de matrículas mais expressivo na educação de jovens e adultos, seguido do ensino fundamental 1.

Tabela 14 - Matrícula de alunos com deficiências múltiplas na educação básica, por nível de ensino:
município de Artur Nogueira

Deficiências Múltiplas	2007		2014	
Nível de Ensino	Ed Inf	2	Ed Inf	6
	Ens Fund 1	23	Ens Fund 1	14
	Ens Fund 2	2	Ens Fund 2	0
	Ens Médio	0	Ens Médio	0
	EJA	0	EJA	12
Total	27		32	

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

*Dados extraídos da variável modalidade de ensino. Sabe-se que, os resultados dos dados segundo a variável modalidade de ensino, apresentam um número significativo de missing (dado que falta), por isso, esse total de matrículas é inferior ao total que corresponde à variável dependência administrativa.

Para deficiências múltiplas, verifica-se maior número de alunos no ensino fundamental 1 (23) em 2007. No ano de 2014, as matrículas apresentam-se próximas no ensino fundamental 1 e EJA (14 e 12, respectivamente) e 6 no ensino infantil.

Tabela 15 - Matrícula de alunos com deficiência física na educação básica, por nível de ensino:
município de Artur Nogueira

Deficiência Física	2007		2014	
Nível de Ensino	Ed Inf	0	Ed Inf	6
	Ens Fund 1	0	Ens Fund 1	17
	Ens Fund 2	1	Ens Fund 2	3
	Ens Médio	0	Ens Médio	1
	EJA	0	EJA	12
Total	1		39	

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

*Dados extraídos da variável modalidade de ensino. Sabe-se que, os resultados dos dados segundo a variável modalidade de ensino, apresentam um número significativo de missing (dado que falta), por isso, esse total de matrículas é inferior ao total que corresponde à variável dependência administrativa.

A tabela 15 sintetiza os dados de alunos com deficiência física, representados por apenas 1 pessoa matriculada no ensino fundamental 2 em 2007. Em 2014, houve um incremento dessas matrículas, de 17 alunos no ensino

fundamental 1, 12 na EJA, 6 no ensino infantil, 3 no ensino fundamental 2 e 1 no ensino médio, totalizando 39 alunos.

As análises realizadas neste estudo ilustram as relações entre quantidade de alunos com e sem deficiência e evidenciam as matrículas de alunos com deficiência nas redes pública e privada. Apontam, ainda, se esses alunos estão matriculados no ensino regular, educação especial em caráter substitutivo ou EJA, assim como em qual nível de ensino estão matriculados e quais as deficiências que prevalecem nas escolas da educação básica. Ou seja, todos os indicadores trazem a ideia de quantidade e nenhum deles caracteriza a qualidade do ensino, revelam apenas os dados de acesso e permanência.

Os próximos dados a serem apresentados sintetizam a distorção idade/série de alunos com deficiência matriculados na educação básica e buscam oferecer uma visão sobre a qualidade da educação oferecida aos discentes foco do presente estudo.

Para esta análise, foram considerados alunos com idade entre 6 e 18 anos. O nível de ensino selecionado foi ensino fundamental (anos iniciais e finais), considerando a transição do ensino de 8 para o de 9 anos no fundamental 1, as variáveis ano/série foram nomeadas de 1/8 até 8/8 para o ensino de 8 anos e 1/9 até 9/9 para o ensino de 9 anos, nas tabelas de 16 à 23.

Tabela 16 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade: município de Artur Nogueira, em 2007

Idade	Série/Ano							
	1/8	2/8	3/8	4/8	5/8	6/8	7/8	8/8
6	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0	1	0	0	0	0	0	0
8	0	0	1	1	0	0	0	0
9	1	4	1	0	0	0	0	0
10	2	2	4	1	0	0	0	0
11	1	4	3	0	0	0	0	0
12	0	0	2	1	0	0	0	0
13	0	0	1	1	1	2	1	0
14	0	0	2	0	2	2	0	0
15	1	1	0	2	3	5	0	1
16	0	0	1	1	0	0	2	0
17	1	1	1	1	2	0	1	1
18	0	1	2	0	0	0	1	0

Fonte: Elaboração própria, com bases em Ferraro (67) e nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

Em 2007, há um total de 70 alunos com deficiência matriculados no ensino fundamental. Destes, 53 alunos apresentam grande defasagem, ou seja, déficit de 2 anos ou mais em relação à série que deveriam frequentar, o que representa 75,71% do total. Além disso, 11 estavam com defasagem de 1 ano, 15,71% e 3 na idade correta, 4,29%.

Tabela 17 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade: município de Artur Nogueira, em 2008

Idade	Série/Ano							
	1/8	2/8	3/8	4/8	5/8	6/8	7/8	8/8
6	0	0	0	0	0	0	0	0
7	3	0	0	0	0	0	0	0
8	4	0	0	0	0	0	0	0
9	0	0	0	0	0	0	0	0
10	1	3	0	1	0	0	0	0
11	0	0	2	3	1	0	0	0
12	0	1	1	0	0	0	0	0
13	0	0	0	1	0	0	0	0
14	0	0	0	0	2	0	1	1
15	0	0	0	0	0	0	2	0
16	0	0	0	0	1	0	3	0
17	0	0	0	0	0	0	0	1
18	0	0	0	0	0	0	0	1

Fonte: Elaboração própria, com bases em Ferraro (67) e nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

No ano de 2008, o total de alunos matriculados é de 33. Verifica-se aqui uma grande redução de alunos com deficiência no ensino fundamental, devido ao aumento de casos na EJA, como mencionado em análise anterior. Há uma aparente melhora na situação de defasagem ao comparar com o ano de 2007, pois 8 alunos apresentam defasagem de um ano (24,24%) e 19 com grande defasagem (57,58%). Os alunos em idade correta com a série/ano de matrícula representam 18,18% do total.

Tabela 18 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade:
município de Artur Nogueira, em 2009

Idade	Série/Ano										
	1/8	2/8	3/8	4/8	5/8	6/8	7/8	8/8	1/9	2/9	6/9
6	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
8	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
9	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
10	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
11	1	3	2	0	2	0	0	0	0	0	0
12	5	0	0	5	2	1	0	0	0	0	1
13	9	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0
14	4	0	0	1	3	1	0	0	0	0	0
15	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
16	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0
17	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0
18	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0

Fonte: Elaboração própria, com bases em Ferraro (67) e nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

A situação vista em 2009, assemelha-se à de 2007, com um total de 68 alunos com deficiência matriculados no ensino fundamental, destes 50 com grande defasagem (73,53%), 10 com déficit de um ano (14,71%) e 8 sem defasagem (11,76%). Nota-se ao observar a tabela acima que 18 alunos entre 12 e 14 anos ainda frequentam a primeira série, junto com crianças de até 7 anos mais novas.

Tabela 19 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade:
município de Artur Nogueira, em 2010

Idade	Série/Ano													
	1/8	2/8	3/8	4/8	5/8	6/8	7/8	8/8	1/9	2/9	3/9	6/9	7/9	
6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	2	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
9	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
10	3	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	2	0	1	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
12	1	0	3	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0
13	5	0	0	1	5	3	0	0	0	0	0	0	0	1
14	9	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	1	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
16	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
17	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
18	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria, com bases em Ferraro (67) e nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

Em 2010, ainda há o registro de 16 alunos entre 12 e 15 anos na primeira série. Apesar da pequena melhora em relação 2009, os índices continuam críticos para defasagem de um ano (22,06%) e grande defasagem (69,12%) num total de 68 alunos matriculados. Os alunos sem defasagem são 6 (8,82%).

Tabela 20 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade:
município de Artur Nogueira, em 2011

Idade	Série/Ano											
	4/8	5/8	6/8	7/8	8/8	1/9	2/9	3/9	4/9	6/9	7/9	8/9
6	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
7	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
8	0	0	0	0	0	3	1	2	0	0	0	0
9	0	0	0	0	0	1	0	4	1	0	0	0
10	1	0	0	0	0	3	1	2	1	0	0	0
11	1	1	0	0	0	3	0	0	1	0	0	0
12	7	1	1	0	0	2	0	0	1	0	0	0
13	3	2	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
14	1	0	1	1	1	4	0	0	0	0	0	1
15	0	2	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0
16	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0
17	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0
18	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria, com bases em Ferraro (67) e nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

No ano de 2011, constata-se que 82 alunos com deficiência estão matriculados no ensino fundamental. Mais uma vez, os índices retornam à casa dos 70% de alunos com defasagem de dois anos ou mais em relação à série que deveriam frequentar, cerca de 15% com um ano de defasagem e 12,20% sem defasagem. Verifica-se, neste ano, que 32 alunos entre 10 e 18 anos estão matriculados no primeiro ano, aproximadamente 40% do total.

A partir de 2012, os índices têm uma pequena variação positiva e tornam-se mais estáveis, o que pode ser observado nas tabelas 20, 21 e 22.

Tabela 21 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade:
município de Artur Nogueira, em 2012

Idade	Série/Ano											
	5/8	6/8	7/8	8/8	1/9	2/9	3/9	4/9	5/9	6/9	7/9	8/9
6	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
7	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0
8	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0
9	0	0	0	0	3	2	1	2	0	0	0	0
10	0	0	0	0	1	0	2	2	1	0	0	0
11	1	0	0	0	3	0	2	2	2	0	0	0
12	1	1	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0
13	3	1	1	0	2	0	0	0	5	1	0	1
14	3	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
15	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria, com bases em Ferraro (67) e nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

Nota-se, na tabela 21, que o número de alunos acima de 10 anos frequentando o primeiro ano teve uma redução significativa em relação aos anos anteriores, totalizando em 2012, 09 alunos. Dentre os 62 alunos matriculados neste ano, 39 estão com grande defasagem (62,90%), 13 com déficit de um ano (20,97%) e 10 sem defasagem (16,13%).

Tabela 22 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade:
município de Artur Nogueira, em 2013

Idade	Série/Ano										
	6/8	7/8	8/8	1/9	2/9	3/9	4/9	5/9	6/9	7/9	8/9
6	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
7	0	0	0	5	1	0	0	0	0	0	0
8	0	0	0	2	2	1	0	0	0	0	0
9	0	0	0	1	6	5	1	0	0	0	0
10	0	0	0	3	2	2	1	2	0	0	0
11	0	0	0	1	0	3	3	3	2	0	0
12	1	0	0	3	0	0	2	4	6	1	0
13	1	1	0	3	0	0	0	1	0	0	0
14	3	1	1	2	0	1	0	0	4	1	0
15	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria, com bases em Ferraro (67) e nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

Em 2013, observa-se a mesma tendência do ano anterior. Redução dos alunos maiores de 10 anos no primeiro ano (total de 12), bem como a estabilização dos percentuais de defasagem (60% para grande defasagem, 26,67% para defasagem de um ano e 13,33% para alunos sem defasagem). O total de alunos com deficiência registrados aqui é de 90.

Tabela 23 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem série/idade: município de Artur Nogueira, em 2014

Idade	Série/Ano										
	7/8	8/8	1/9	2/9	3/9	4/9	5/9	6/9	7/9	8/9	9/9
6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0
8	0	0	2	3	0	0	0	0	0	0	0
9	0	0	3	2	6	1	0	0	0	0	0
10	0	0	1	1	6	5	0	0	0	0	0
11	0	0	3	1	2	1	1	2	0	0	0
12	0	0	2	0	1	2	5	0	3	0	0
13	1	0	3	0	0	1	3	3	6	1	0
14	0	1	3	0	0	0	0	1	0	0	0
15	3	1	0	0	0	0	0	1	3	1	0
16	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria, com bases em Ferraro (67) e nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

Finalizando a análise referente à distorção idade/série, o ano de 2014 acompanha os índices dos dois anos anteriores.

A seguir, na tabela 24, foram sintetizados os dados de distorção de idade em relação à série/ano com dados de porcentagem para cada ano estudado (2007 a 2014).

Tabela 24 - Matrícula de alunos com deficiência na educação básica, por defasagem idade/série: município de Artur Nogueira, de 2007 a 2014

ANOS	TOTAL ALUNOS	IDADE CORRETA	DEFASAGEM 1 ANO	GRANDE DEFASAGEM
2007	70	3 (4,29%)	11 (15,71%)	53 (75,71%)
2008	33	6 (18,18%)	8 (24,24%)	19 (57,58%)
2009	68	8 (11,76%)	10 (14,71%)	50 (73,53%)
2010	68	6 (8,82%)	15 (22,06%)	47 (69,12%)
2011	82	10 (12,20%)	12 (14,63%)	60 (73,17%)
2012	62	10 (16,13%)	13 (20,97%)	39 (62,90%)
2013	90	12 (13,33%)	24 (26,67%)	54 (60,00%)
2014	93	10 (10,75%)	25 (26,88%)	58 (62,37%)

Fonte: Elaboração própria, com bases em Ferraro (67) e nos dados do INEP - Censos Escolares de 2007 a 2014 (45–52).

Os dados da relação idade/série fomentam algumas reflexões a respeito das causas da grande distorção existente ao comparar a idade e série que os alunos com deficiência frequentam. As autoras Meletti e Ribeiro (53), num estudo semelhante com dados nacionais e análise do ano de 2012, afirmam que tais dados demonstram a insuficiência do sistema educacional brasileiro em atender esse alunado, no que tange à permanência e inserção da população com deficiência em processos de escolarização.

Outra questão relevante para a compreensão dos índices é a avaliação das causas que geram números tão elevados de defasagens entre idade e série, que pode se caracterizar devido ao ingresso tardio no processo de escolarização ou às várias repetências durante os anos de estudo dos alunos com deficiência.

Fato é que, um sistema educacional que incentive o acesso de pessoas com deficiência aos processos de escolarização e não garanta qualidade é mera formalidade, sem cumprir seu real papel em oferecer uma educação efetiva à população a que se destina.

4. DISCUSSÃO

A problemática desta pesquisa focaliza-se em investigar os dados do Censo Escolar (INEP) de 2007 a 2014 (45–52) para responder a pergunta central: a presença de programas específicos de educação especial e a implantação de uma política pública inclusiva influenciam a matrícula e a permanência do aluno com deficiência na rede pública municipal mencionada?

Ao observar os dados de matrículas de alunos com deficiência matriculados na educação básica do município objeto do estudo verifica-se que há variação significativamente positiva. Os índices municipais crescem em patamares superiores aos da região Sudeste e estado de São Paulo, assemelhando-se à evolução dos dados nacionais. Conforme análise anterior, em que se acredita que há menor impacto das políticas públicas de educação especial em regiões em que existem mais serviços e recursos, o município está numa região favorecida em relação à oferta de serviços e recursos; e, ainda assim teve evolução das matrículas em níveis mais elevados, muito provavelmente resultado das políticas públicas específicas mencionadas em capítulo anterior.

Em relação aos índices da variável dependência administrativa, apesar dos alunos ainda estarem matriculados em maior número em instituições do setor privado, há uma tendência de crescimento do setor público com taxas muito mais elevadas que as do estado de São Paulo e bem próximas às do Brasil, seja pela migração dos alunos do privado para o público ou pelo ingresso de crianças que antes estavam fora da escola. Acredita-se que a mudança nos índices observados no município estudado são resultados das ações implantadas. Fato que proporcionou maior acesso à rede pública e melhor assistência aos alunos com deficiência matriculados. Outra análise que os dados permitem fazer tem relação com as políticas de conveniamento entre poder público e privado para atendimento em instituições sem fins lucrativos (no caso do município, APAE) aos alunos com deficiência, esta situação fortemente atrelada ao processo histórico da educação especial no país, se mantém enraizada ainda na atualidade. Assim como mostram os índices de Artur Nogueira, a maioria das matrículas de alunos com deficiência continuam na esfera privada, apesar do aumento de matrículas observado na análise dos dados do setor público.

As políticas públicas implantadas em Artur Nogueira podem ter impactado, ainda, a variável modalidade de ensino, pois é possível observar através da análise de seus dados que as taxas de matrículas de alunos com deficiência no ensino regular aumenta 161,76% de 2007 para 2014. Esse índice é muito superior ao encontrado no estado, que cresce cerca de 46,05% e se coloca acima das taxas nacionais, que são de 130,82%. Enquanto isso, o ensino especial de caráter substitutivo ainda cresce no município, mesmo que em taxas bem menores, 27,06%. Esse resultado difere do encontrado nos dados estaduais e nacionais, em que a população atendida no ensino especial substitutivo não apresenta variação positiva.

Parece contraditório o aumento das matrículas tanto no ensino regular como no ensino especial substitutivo, porém os perfis dos alunos com deficiência matriculados nas duas modalidades são diferentes.

No ensino especial de caráter substitutivo, são matriculados alunos com necessidade de apoio pervasivo ou generalizado, ou seja, aquele que deve perdurar por toda a vida da pessoa, deve ser oferecido em todos os ambientes de forma constante e intensa, característica essa que faz com que este tipo de ensino não seja classificado por série/ano de aprendizagem, com aprovação/reprovação como o ensino regular. Em muitos casos, o aluno permanece no mesmo tipo de ensino por vários anos (22).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco investigativo desta pesquisa voltou-se para a análise da implantação da política de educação especial na rede municipal de ensino de Artur Nogueira, SP. A pesquisa desenvolveu-se com fundamentação teórica estabelecida no diálogo entre a literatura sobre educação especial e inclusiva; com textos legais e documentos formulados tanto em âmbito nacional como internacional sobre esta temática e análise de dados coletados no censo escolar, buscando entender como as ações do município influenciam o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na referida rede de ensino. Cabe, portanto, nestas considerações, apresentar as reflexões desencadeadas pelas análises realizadas.

Percorrer a história da educação especial e compreender as mudanças ocorridas ao longo do tempo sobre a pessoa com deficiência e principalmente os processos e relações com sua escolarização foi fundamental para as reflexões aqui contidas. A discussão sobre os direitos da pessoas com deficiência vem de longa data e ganhou importância à medida em que a sociedade começou a criar consciência de que todos devem ter as mesmas condições de acesso a serviços públicos básicos. Lutas por igualdade de direitos e por relações sociais mais justas e igualitárias foram fundamentais no processo e influenciaram as decisões políticas e legais. Na educação, a partir da década de noventa, inicia-se a mobilização mais ativa e discussão sobre esse tema, o que propiciou gradativas alterações, as quais contribuíram para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a inserção do aluno com deficiência em espaços educacionais não segregados.

O cenário da educação especial foi paulatinamente sendo modificado em busca da ressignificação do processo de escolarização da pessoa com deficiência e isso exigiu de estados e municípios novas ações que afetaram esta modalidade de ensino. No município de Artur Nogueira, foi a implantação do Centro de Referência, em 2007, o principal agente propulsor de reflexões e possibilidades de atuações voltadas para a educação do aluno com deficiência.

A pesquisa preocupou-se em estabelecer uma relação entre os dados obtidos através do Censo Escolar com informações sobre o Brasil, o estado de São Paulo e o município de Artur Nogueira para melhor compreender a dinâmica e os efeitos das ações implantadas na educação especial do referido município. Além das análises de estatísticas e a caracterização do município, principalmente no aspecto

educacional, foram apresentadas algumas trajetórias de alunos acompanhados pelo CRAEE em algum momento de sua escolarização.

Assim, embora limites e contradições tenham marcado o processo de implementação de uma nova política pública voltada para educação especial em Artur Nogueira, avanços também foram observados. Os índices de matrículas de alunos com deficiência na rede pública cresceram em patamares elevados, em taxas que acompanham os dados nacionais.

O que se espera é que o município consiga identificar quais novas ações devam ser implementadas para que se possam refletir na melhoria da qualidade de ensino para os alunos que dela se beneficiam.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 27th ed. Brasília: Saraiva; 1991.
2. Duarte N. Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. *Cad Cedes*. 1998;19(44):85–106.
3. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, D.F.: MEC/SEESP, 2001.
4. JANNUZZI GA. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 3rd ed. Campinas: Autores Associados; 2012.
5. MAZZOTTA MJS. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez; 2001.
6. KASSAR MCM. Uma leitura da educação especial no Brasil. In: GAIO. R., MENEGHETTI, R. G. K. (org). Caminhos pedagógicos da educação especial. In Petrópolis: Vozes; 2004.
7. MENDES EG. Breve Histórico da Educação Especial no Brasil. *Rev Educ y Pedagog*. 2010;22(57):93–109.
8. Kassar M de CM. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. *Rev Bras Educ Espec*. 2011;17(spe1):41–58.
9. BARRIO P, POMILIO AL, CANDIANI CO, LAPLANE ALF. O público e o privado na oferta de educação especial em Campinas. In: VI Seminário do Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas; 2012.
10. BRASIL. Lei n., 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União, Brasília, D. F., 20 dez. 1961*. [Internet]. [cited 2013 Oct 1]. Available from: http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB_4024-61.pdf
11. ALVES RSP. Neoliberalismo e Educação: uma Década de Intervenção do Banco Mundial nas Políticas Públicas do Brasil (2000-2010). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo; 2011.
12. LIMA MJC. Neoliberalismo e Educação. *Stud Divers CCAE-UFPB*. 2007;1(1):44–60.
13. Glat R, Pletsch MD, Souza Fontes R de. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. *Educ Rev do Cent Educ*. 2007;32(2).
14. BRASIL. Decreto n. 72.425, de 3 de julho de 1973. Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, 3 jul. 1973*.

15. GLAT R, BLANCO L. d. M V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. In Rio de Janeiro: Sette Letras; 2007.
16. PLETSCHE MD. A escolarização da pessoa com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). Arq Analíticos Políticas Educ. 2014;22(18):1–29.
17. CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, 1994, Salamanca. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais. Brasília, D.F.: Corde, 1994 [Internet]. [cited 2014 May 30]. Available from: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>
18. BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, D.F., 23 dez. 1996. [Internet]. [cited 2013 Sep 1]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
19. BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, D.F., 26 ag [Internet]. [cited 2014 May 1]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
20. BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, D.F., 6 jul. 2015 [Internet]. [cited 2016 Jan 30]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm
21. SÃO PAULO. Deliberação do Conselho Estadual de Educação n. 68 de 13 de junho de 2007. Fixa normas para a educação de alunos que apresentam necessidades especiais, no sistema estadual de ensino. Diário Oficial do Estado de São Paulo. 2007 Jun 13;
22. SÃO PAULO. Resolução da Secretaria do Estado n. 61 de 11 de novembro de 2014. Dispõe sobre a Educação Especial nas unidades escolares da rede estadual de ensino. Diário Oficial do Estado de São Paulo. 2014 Nov 11;
23. SÃO PAULO. Resolução da Secretaria do Estado n. 59 de 22 de novembro de 2016. Dispõe sobre o processo de credenciamento de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, a que alude o artigo 30, inciso VI, da Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014. Diário Oficial do Estado de São Paulo. 2016 Nov 22;
24. SÃO PAULO. Resolução da Secretaria do Estado n. 26 de 22 de maio de 2017. Dispõe sobre a delegação de competência, para os fins que especifica. Diário Oficial do Estado de São Paulo. 2017 May 22;
25. FERNANDES EM, GLAT R. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da

- Educação Especial Brasileira. Rev Inclusão MEC/SEESP. 2005;1(1).
26. LAPLANE ALF. Contribuições para o debate sobre a política de inclusão. In: LODI, A. C. B., HARRISON, K. M. P., CAMPOS, S. R. L. (Orgs.) *Leitura e escrita: no contexto da diversidade*. In: 3rd ed. Porto Alegre: Mediação; 2010. p. 27–31.
 27. PEREIRA PAP. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (Org.). *Política social e democracia*. In: 2nd ed. São Paulo: Cortez; 2002.
 28. Laswell HD. *Politics: who gets what, when, how*. Clevel Meridian Books. 1936;1958:455.
 29. HÖFLING EM. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cad Cedes, Campinas*. 2001;21(55).
 30. KASSAR MCM, ARRUDA EE, BENATTI MMS. Políticas de inclusão: o verso e o anverso de discursos e práticas. In: JESUS, D.M. et al. *Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa*. In: 2nd ed. Porto Alegre: Mediação; 2009.
 31. UNESCO. *Overcoming exclusion thought inclusive approaches in education: a challenge and a vision; conceptual paper*. Paris [Internet]. 2003 [cited 2013 May 30]. Available from: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001347/134785e.pdf>
 32. MICHELS MH, GARCIA RMC. Sistema educacional inclusivo: conceito e implicações na política educacional brasileira. *Cad Cedes, Campinas*. 2014;34(93):157–73.
 33. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade*. Brasília, D.F.: MEC/SEESP, 2005.
 34. BRASIL. Decreto n. 3956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. *Diário Oficial da União, Brasília*, 8 out. 2001.
 35. BRASIL. Decreto n. 6571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. *Diário Oficial da União, Brasília, D.F.*, 18 set. 2008.
 36. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, D.F.: MEC/SEESP, 2008 [Internet]. [cited 2013 Sep 30]. Available from: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>
 37. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. *Resolução CNE/CEB n. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação*.

38. SOLIGO V. Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. *Est Aval Educ.* 2012;23(52):12–25.
39. JANNUZZI PM. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações. Campinas: Editora Alínea; 2001.
40. FALCÃO JTR, RÉGNIER JC. Sobre os Métodos Quantitativos na Pesquisa em Ciências Humanas: Riscos e Benefícios para o Pesquisador. *R Bras Est Pedag.* 2000;81(198):229–43.
41. GATTI BA. Estudos Quantitativos em Educação. *Educ e Pesqui São Paulo.* 2004;30(1):11–30.
42. LAKATOS EM, MARCONI MA. Fundamentos de Metodologia Científica. 5th ed. São Paulo: Editora Atlas; 2003.
43. GIL AC. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6th ed. São Paulo: Editora Atlas; 2008.
44. Laville C, Dionne J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Artmed; UFMG; 1999.
45. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – 2007. Brasília, D.F.: MEC/Inep, 2007 [Internet]. [cited 2013 Aug 30]. Available from: <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>
46. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – 2008. Brasília, D.F.: MEC/Inep, 2008. [Internet]. [cited 2013 Aug 30]. Available from: <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>
47. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – 2009. Brasília, D.F.: MEC/Inep, 2009 [Internet]. [cited 2013 Aug 30]. Available from: <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>
48. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – 2010. Brasília, D.F.: MEC/Inep, 2010. [Internet]. [cited 2013 Aug 30]. Available from: <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>
49. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – 2011. Brasília, D.F.: MEC/Inep, 2011 [Internet]. [cited 2013 Aug 30]. Available from: <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>
50. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – 2012. Brasília, D.F.: MEC/Inep, 2012 [Internet]. [cited 2013 Aug 30]. Available from: <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>

51. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – 2013. Brasília, D.F.: MEC/Inep, 2013 [Internet]. [cited 2015 Jul 30]. Available from: <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>
52. BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – 2014. Brasília, D.F.: MEC/Inep, 2014 [Internet]. [cited 2015 Jul 30]. Available from: <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>
53. MELETTI SMF, RIBEIRO K. Indicadores educacionais sobre a educação especial no Brasil. *Cad Cedes, Campinas*. 2014;34(93):175–89.
54. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro: IBGE; 2015.
55. Laplane ALF de. Condições Para O Ingresso E Permanência De Alunos Com Deficiência Na Escola. *Cad CEDES*. 2014;34(93):191–205.
56. BUENO JGS, MELETTI SMF. Os indicadores educacionais como meio de avaliação das políticas de Educação Especial no Brasil – 2000/2009. In: BUENO, J.G.S. Educação Especial Brasileira: Questões Conceituais e da Atualidade. In São Paulo: Ed. Educ; 2011. p. 159–82.
57. BUENO JGS. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica como indicadores para avaliação da inclusão escolar de alunos com deficiência. In: BUENO, J.G.S. Educação Especial Brasileira: Questões Conceituais e da Atualidade. In São Paulo: Ed. Educ; 2011. p. 145–58.
58. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades [Internet]. 2017 [cited 2016 Mar 30]. Available from: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350380&search=sao-paulo%7Cartur-nogueira>
59. AGEMCAMP. Campinas - Perfil Municipal [Internet]. [cited 2016 Jun 1]. Available from: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/produtos/perfilrnc/view/perfil.php?id=38#>
60. FUNDAÇÃO SEADE. Informações dos municípios paulistas. 2013 [Internet]. [cited 2016 Jan 1]. Available from: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>
61. ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil [Internet]. 2013 [cited 2016 Dec 1]. Available from: <http://atlasbrasil.org.br>
62. ARTUR NOGUEIRA. Secretaria de Educação. Plano Municipal de Educação nº 3236, de 24 de junho de 2015. Estabelece o plano municipal de educação e dá outras providências. Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira, Artur Nogueira, 24 jun. 2015.
63. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo

- Demográfico 2010: características gerais da população. Rio de Janeiro: IBGE; 2012.
64. FERREIRA SAF, FERREIRA LCF. Janela Aberta. 2nd ed. Araras: Odeon; 2000.
 65. ARTUR NOGUEIRA. Secretaria de Educação. Decreto nº 105 de 17 de dezembro de 2015. Estabelece normas para o atendimento educacional especializado, na educação básica do Sistema Municipal de Ensino de Artur Nogueira, bem como para o acompanhamento e avaliação desses educandos e dá outras providências. Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira, Artur Nogueira, 17 dez.; 2015.
 66. BRASIL, Secretaria de Tecnologia da Informação, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Portal Brasileiro de Dados Abertos [Internet]. [cited 2017 Oct 3]. Available from: <http://dados.gov.br/dataset>
 67. FERRARO AR. Diagnóstico da escolarização no Brasil. Rev Bras Educ. 1999;(12):22–47.